

12/06/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[ProUni : inscrições até sexta](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Tenta...](#)

[Escolas de São Paulo vão fazer avaliação internacional](#)

O GLOBO - RJ

[Museu Nacional ganha telhado para preservar escavações](#)

[Congresso aprova crédito extra de R\\$ 248,9 bi](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Congresso aprova PL da regra de ouro](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Selecionados no Sisu podem fazer matrícula a partir de hoje](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Acordo garante verba extra](#)

O DIA - RJ

[Museu Nacional ganha teto provisório de material metálico](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Só os burocratas salvarão o MEC da memecracia](#)

G1

[No AP, mais de 2,5 mil candidatos se inscreveram para disputar a 152 vagas no Sisu 2019](#)

METRÓPOLES

[Selecionados no Sisu já podem se matricular em instituições de ensino](#)

PORTAL EXAME

[O problema da educação não é a falta de dinheiro, diz Viviane Senna](#)

PORTAL ISTOÉ

[Selecionados no Sisu podem fazer matrícula a partir de hoje](#)

PORTAL VEJA

[Selecionados no Sisu podem fazer matrícula a partir desta quarta](#)

TNONLINE

[Polo UAB oferece 75 vagas para pós-graduações pela Unicentro](#)

UERGS

[Segunda edição do Fórum das Licenciaturas da Uergs recebe inscrições](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC não proibiu divulgação de greve geral convocada para esta sexta-feira](#)

[Selecionados no Sisu podem fazer matrícula a partir de hoje](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Capes estuda novos cortes a bolsas de pesquisa](#)

AGÊNCIA SENADO

[CE aprofundará debate sobre Fundeb permanente e corte de verbas na educação](#)

REVISTA FÓRUM

[Capes estuda novos congelamentos após cortes de 70% para novas bolsas em junho](#)

AGÊNCIA GLOBO

CLIPPING



[Comissão aprova crédito emergencial de R\\$ 248 bi para governo pagar benefícios e aposentadorias](#)

CORREIO DA MANHÃ

[Estudantes de mestrado/doutorado possuem risco 6 vezes maior de depressão e ansiedade](#)

G1

[Após acordo, comissão do Congresso aprova crédito extra de R\\$ 248,9 bilhões ao governo](#)

GRUPO ORZIL

[Presidente da CAPES recebe reconhecimento do Ministério da Defesa](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[AGU quer derrubar liminar que sustou bloqueio de verbas de universidades federais](#)
Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Inscrições para bolsas do Prouni começam nesta terça-feira](#)

O DIA - PI

[Avaliação](#)

Agências de notícias e sites

JI NEWS

[Unesc lança 10ª Semana de Ciência e Tecnologia nesta terça-feira](#)

JORNAL BOA VISTA

[Seminário internacional na UFFS discute inclusão e permanência nas universidades](#)

O DOCUMENTO - MT

[Novos diretores da Coppe darão ênfase à sustentabilidade](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Metade das bolsas integrais do ProUni é em cursos a distância](#)

AGÊNCIA ESTADO

[ProUni terá 169 mil bolsas no 2º semestre, 25% em cursos a distância](#)

AGÊNCIA FOLHA

[ProUni abre inscrições com 169 mil bolsas, 25% na modalidade a distância](#)

A TARDE ON LINE

[Sidarta Ribeiro : "Parece que hackearam o cérebro do brasileiro"](#)

CORREIO POPULAR – SP

[Resultado do Sisu para o 2º processo seletivo é divulgado pelo MEC](#)

G1

[Audiência pública discute cortes e gastos na Ufes e no Ifes](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[AGU recorre de decisão que suspendeu bloqueio em universidades](#)

PORTAL ISTOÉ

[Resultado do Sisu para o 2º processo seletivo é divulgado pelo MEC](#)

[Metade das bolsas integrais do ProUni são em cursos a distância](#)

R7

[ProUni terá 169 mil bolsas no 2º semestre, 25% em cursos a distância](#)

TERRA

[ProUni terá 169 mil bolsas no 2º semestre, 25% em cursos a distância](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Metade das bolsas integrais do ProUni são em cursos a distância](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL **ProUni : inscrições até sexta** **SOCIEDADE**

Começaram ontem as inscrições do Programa Universidade para Todos (ProUni) do 2º semestre 2019. Ao todo, serão ofertadas 169.226 bolsas de estudos em instituições particulares de ensino superior, sendo 68.087 integrais e 101.139 parciais. O prazo para participar da seleção termina na sexta-feira, às 23h59. A consulta de vagas e a inscrição devem ser feitas pela internet, pelo site <http://siteprouni.mec.gov.br/>.

Os cursos que têm mais oportunidade são: administração: 17.004 (8.180 integrais e 8.824 parciais); pedagogia: 13.387 (9.269 integrais e 4.118 parciais); ciências contábeis: 10.817 (4.524 integrais e 6.293 parciais); direito: 10.719 (3.518 integrais e 7.201 parciais). Têm direito a se inscrever pessoas sem diploma de curso superior que tenham participado do Enem 2018 e obtido, no mínimo, 450 pontos na média das notas do exame e nota na redação que não seja zero.

Para concorrer à bolsa integral, é necessário comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para a bolsa parcial (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Os participantes podem escolher até duas opções de curso. Durante o período de inscrição, é possível alterar as opções. Será considerada válida a última inscrição confirmada.

A nota de corte, que é a menor nota para ficar entre os potencialmente pré-selecionados de cada curso, é calculada diariamente pelo sistema do ProUni e modificada de acordo com a nota dos inscritos. A divulgação do resultado da primeira chamada está prevista para 18 de junho. Já a segunda chamada será no dia 2 de julho.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Tenta...

Abraham Weintraub se indisputa de novo com a bancada fluminense. Depois de responsabilizá-la pela redução das emendas para o Museu Nacional, convidou-os para um encontro.

» ...mas não vai. Mas o MEC informou que celulares serão recolhidos, o que não é comum em reuniões com ministros e de praxe com o presidente. Alguns já dizem que não vão.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Escolas de São Paulo vão fazer avaliação internacional

Estado anuncia amanhã que 300 unidades vão se submeter ao Pisa for Schools, realizado pela primeira vez no Brasil

Escolas estaduais e particulares de São Paulo vão poder ser comparadas com a Finlândia ou com os Estados Unidos. O Estado vai anunciar amanhã que 300 escolas públicas participarão do Pisa for Schools, que será realizado pela primeira vez no Brasil este ano, com a mesma métrica e critérios do Pisa, a mais conhecida avaliação internacional de estudantes. Algumas instituições particulares, como o Colégio Bandeirantes, também devem fazer a prova.

Qualquer rede ou escola pode aderir ao exame, que será feito pela mesma entidade que avalia os países, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, será aplicado pela Fundação Cesgranrio, com a participação de alunos de 15 anos que cursam o 1.º ano do ensino médio.

O secretário estadual de Educação, Rossieli Soares, diz não se preocupar com resultados positivos ou negativos. O Brasil aparece sempre nas piores posições dos rankings do Pisa. “Não temos expectativa nem para uma nota acima nem abaixo da brasileira, mas sim aprender a usar o resultado. Vamos participar para fazer uma apreciação e ter uma referência efetiva de onde estamos”, disse Rossieli.

A adesão ao exame é paga, mas, segundo o secretário, os valores ainda serão negociados e a estimativa é de uma despesa de R\$ 2 milhões. Rossieli ainda definirá se as escolas da rede estadual vão poder se voluntariar ou se será uma amostra representativa do grupo.

Em 2017, a Fundação Lemann financiou um projeto piloto do exame em algumas escolas no País. Grande parte estava em Sobral, no Ceará, cidade considerada exemplo de educação pública brasileira. Os resultados mostraram que elas tinham notas em Leitura mais altas do que o Brasil e uma delas estava acima da média dos países que integram a OCDE, que reúne as maiores economias do mundo.

Alunos da França e da Suécia, por exemplo, se saíram pior que os adolescentes de uma das escolas do município cearense. Já em Matemática, as escolas tiveram notas acima do Brasil, mas abaixo da média da OCDE.

A prova aplicada este ano será feita em computadores, em cada escola participante. Serão 141 perguntas de Leitura, Matemática e Ciência, com avaliações de habilidades socioemocionais, como resolução de problemas e pensamento crítico.

Participante. Para Mauro Aguiar, diretor do Colégio Bandeirantes, que participou do piloto em 2017, a experiência permitiu ver a escola “dentro de um cenário global”. Cada participante recebe um extenso relatório sobre o seu desempenho. “Por exemplo, em Matemática, nosso desempenho foi excelente, comparável aos melhores do mundo, mas precisamos melhorar nos problemas em que os alunos enfrentam uma situação nova”, completou. Segundo Aguiar, o colégio vai aderir este ano ao Pisa for Schools.

A prova mundial do Pisa é realizada de três em três anos, desde 2000, em cerca de 70 países do mundo, com questões de Leitura, Matemática e Ciência. A última foi feita em 2018 e os resultados devem sair no fim deste ano. O Brasil participa desde a primeira edição e aparece sempre entre as dez últimas colocações dos rankings internacionais. Finlândia, Estônia e Cingapura estão à frente. Ao longo dos anos, a prova ganhou tamanha importância que seus resultados passaram a influenciar políticas públicas no mundo todo.

“O Pisa for Schools é a avaliação mais próxima que temos da Base Nacional Comum Curricular.” Maria Helena Guimarães de Castro

COORDENADORA DA CONFERÊNCIA SOBRE A AVALIAÇÃO NO BRASIL

topo ↕

O GLOBO - RJ - RIO

Museu Nacional ganha telhado para preservar escavações Com estrutura metálica sobre palácio, pesquisadores já não temem que chuvas possam prejudicar trabalho de buscas a peças perdidas após incêndio

Atingido por um incêndio que quase o destruiu por completo em setembro do ano passado, o Museu Nacional dá mais um importante passo para se reerguer. No sábado, foi instalado um telhado provisório sobre o palácio que abriga a instituição: uma iniciativa fundamental para preservar os escombros e permitir que os pesquisadores continuem as escavações em busca de peças perdidas —possivelmente ainda soterradas—que poderiam ser prejudicadas pelas chuvas.

MAIS RECURSOS ATÉ O FIM DO ANO

Foi a última etapa de obras emergenciais que receberam R\$ 8,9 milhões do Ministério da Educação pouco depois da tragédia. Em breve, o governo italiano dará um apoio de peso para a reabertura do museu, com a doação de peças e a restauração de uma estátua grega danificada pelas chamas.

—Estamos muito felizes com toda atenção internacional que temos recebido. São dezenas de promessas. A Alemanha ajudou bastante —diz o diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, referindo-se ao cônsul alemão Klaus Zillikens que, em dezembro, doou 180 mil euros e ainda deve destinar mais 145 mil à causa este ano. — A França está querendo ajudar, e outros (países) vêm se aproximando. O governo italiano já fez contato e teremos uma reunião ainda este mês em que conversaremos mais detalhadamente sobre a parceria. Nossa expectativa é que eles façam uma doação de acervo original, o que seria muito bom.

O Museu Nacional completou 201 anos na última semana e ainda receberá este ano mais R\$ 12 milhões, que serão usados na reconstrução da fachada e na instalação de telhados definitivos. Desse total, já foram liberados R\$ 908 mil.

Inicialmente, a verba total para a reforma era de R\$ 55 milhões até 2021. Mas, com o contingenciamento de recursos da União, teve um corte de 20%, caindo para R\$ 43,1 milhões.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Congresso aprova crédito extra de R\$ 248,9 bi Dinheiro será usado para pagar aposentadorias e benefícios. Aprovação só foi possível após governo costurar acordo com oposição e centrão se comprometendo a liberar recursos para educação, Minha Casa Minha Vida e bolsas do CNPq

BRASÍLIA - O Congresso Nacional aprovou ontem, por unanimidade, um crédito emergencial de R\$ 248,9 bilhões para o governo. A votação só foi possível depois de o governo costurar um acordo com a oposição e com o centrão pelo qual se comprometeu a liberar parte do Orçamento que está bloqueada. Foram 450 votos a favor na Câmara e 61 no Senado. Agora, o texto será sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O dinheiro é necessário para o governo pagar aposentadorias, o Plano Safra e benefícios como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) — pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

No último sábado, Bolsonaro disse nas redes sociais que, sem a aprovação do projeto, ele teria que suspender o pagamento de benefícios a idosos e pessoas com deficiência já no próximo dia 25.

O acordo que permitiu a aprovação do texto foi fechado durante a votação do projeto na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no início da tarde.

A líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), garantiu que serão liberados R\$ 1 bilhão para a educação; R\$ 1 bilhão para o programa Minha Casa Minha Vida; R\$ 550 milhões para obras no Rio São Francisco; e R\$ 330 milhões para bolsas de estudo do CNPq.

— A corda está no pescoço — disse a deputada, ao anunciar o acordo e pedir a votação do projeto.

Joice não explicou, porém, de onde sairá o dinheiro: — O Orçamento é um só. Se vai gastar um pouco mais ali, tem que remanejar de um lado para o outro. Estamos fazendo as contas, mas vai dar certo.

O crédito emergencial é necessário por causa de uma norma fiscal conhecida como regra de ouro. Por ela, o governo não pode emitir dívida para pagar despesas correntes, como folha de salário e benefícios. Ele só pode se endividar para fazer investimentos.

MATURIDADE POLÍTICA

O problema é que os sucessivos rombos nas contas públicas encolheram o investimento e provocaram um desequilíbrio no Orçamento, que hoje está estimado em R\$ 248 bilhões. Assim, para poder pagar despesas correntes, a equipe econômica precisa de uma autorização do Congresso.

O aval permitirá que a regra de ouro seja descumprida sem que haja punição para os gestores públicos. Sem isso, o desrespeito à norma poderia ser caracterizado como crime de responsabilidade fiscal e levar à abertura de processo de impeachment contra o presidente.

— Eu queria agradecer ao plenário por ter maturidade política e entender o momento que o Brasil vive. Quero agradecer esse gesto, em que partidos políticos e filiações ficaram de lado. É o maior crédito votado no Congresso Nacional — disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

[topo](#)

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Congresso aprova PL da regra de ouro

Assim, serão liberados para a educação R\$ 1 bilhão de recursos que hoje estão contingenciados; R\$ 1 bilhão para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que virão por remanejamento de recursos antes previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); R\$ 550 milhões para as obras de transposição do Rio São Francisco; e mais R\$ 330 milhões, que haviam sido cortados, para bolsas de estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6302923/congresso-aprova-pl-da-regra-de-ouro>

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Selecionados no Sisu podem fazer matrícula a partir de hoje

Resultado da chamada única do Sisu foi divulgado segunda-feira

Os estudantes selecionados na chamada regular do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) podem, a partir desta quarta-feira (12), fazer matrícula nas instituições de ensino para as quais foram selecionados. O prazo vai até o dia 17. Cabe aos candidatos verificar os dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição em edital próprio.

O resultado da chamada única do Sisu foi divulgado segunda-feira (10) e está disponível no site do programa.

Os estudantes selecionados podem pleitear auxílio para pagar transporte, moradia e outras despesas nas próprias instituições de ensino superior, de acordo com determinados critérios, como renda familiar. Os programas de assistência estudantil são implementados diretamente pelas instituições.

Lista de espera

As vagas que não forem preenchidas serão ofertadas para os estudantes em lista de espera. Quem não foi selecionado em nenhuma das duas opções de curso feitas na hora da inscrição na chamada única e quiser integrar a lista tem até o dia 17 para fazer a adesão, no site do Sisu.

O candidato deve acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do Sisu. O estudante poderá manifestar interesse para a primeira ou segunda opção de curso. Ao finalizar a manifestação, o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

Esses estudantes serão convocados a partir do dia 19. A convocação para a matrícula será feita pelas próprias instituições de ensino. Nessa etapa caberá aos próprios candidatos acompanhar a convocação na instituição na qual estiverem pleiteando uma vaga.

Sisu 2019

Nesta edição, o Sisu oferece 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018. Para participar é preciso ter obtido nota acima de zero na redação do exame. Ao todo, 640.205 estudantes se inscreveram no programa, de acordo com balanço divulgado pelo MEC.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

Acordo garante verba extra

Congresso autoriza o Executivo a emitir R\$ 248,9 bi em títulos públicos para evitar paralisação de programas sociais. Governo vai liberar recurso para as universidades

Brasília – O Congresso aprovou ontem, com apoio unânime de senadores e deputados, o projeto que autoriza o governo a emitir até R\$ 248,9 bilhões em títulos da dívida pública para cobrir despesas com programas como Bolsa-Família, Plano Safra e

Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos. Apesar do placar incontestável, governo e oposição se digladiaram até o último dia, e aprovação só foi possível após um acordo que permitiu aos opositoristas direcionar parte da verba para áreas específicas, colocando a própria assinatura no projeto. O presidente Jair Bolsonaro usou o Twitter para “parabenizar” o Congresso “pela consciência e responsabilidade nesta aprovação”. O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), agradeceu aos deputados e senadores pela “maturidade” ao lidar com o tema.

Durante a semana, Bolsonaro e os filhos acusaram, nas redes sociais, a esquerda de tentar sabotar o projeto. A tramitação foi longa. A matéria seria apreciada na Comissão Mista de Orçamento na quarta-feira passada, mas a votação acabou travada pela oposição. No domingo, o presidente Jair Bolsonaro fez uma postagem em seu perfil no Twitter para pressionar parlamentares a votarem a favor do pedido de crédito suplementar. “A oposição está trabalhando para inviabilizar o pagamento de beneficiários do Bolsa-Família, idosos com deficiência, Plano Safra e Pronaf. Para alcançar seus objetivos vale até prejudicar os mais pobres”, escreveu.

Não foi a primeira postagem de Bolsonaro sobre o crédito suplementar. Um dia antes, também no Twitter, ele havia afirmado que “sem a aprovação do PLN 4 pelo Congresso, teremos que suspender o pagamento de benefícios a idosos e pessoas com deficiência já no próximo dia 25. Nos meses seguintes, faltarão recursos para aposentadorias, Bolsa-Família, Pronaf, Plano Safra”. O vice-líder do PT, Carlos Zarattini, que apareceu em uma foto na postagem em que o presidente critica a oposição, destacou que o crédito suplementar seria um cheque em branco para o governo e que, segundo um relatório do Tesouro Nacional, o governo precisaria, na verdade, de R\$ 146 bilhões.

O crédito suplementar evitará que o governo descumpra a regra de ouro, prevista na Constituição, que enquadra o presidente em crime de responsabilidade, passível de impeachment, se tomar empréstimos para cobrir despesas correntes, como salários e benefícios sociais. Sem o suplemento, o governo pararia de pagar o BPC neste mês, e o Bolsa Família, em setembro.

Pelo acordo que permitiu a aprovação do projeto, o governo concordou em destinar R\$ 1 bilhão para as universidades federais, outro R\$ 1 bilhão para o programa Minha casa minha vida, R\$ 1 bilhão para a educação, R\$ 330 milhões para as bolsas do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ), R\$ 550 milhões para a transposição do Rio São Francisco e R\$ 300 milhões para a compra de medicamentos para o programa Farmácia Popular. “Não é todo o valor do contingenciamento, foi um passo que o governo conseguiu dar neste momento, deixando portas abertas para que possamos conversar”, disse a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP).

Também fez parte do acordo a derrubada de quatro vetos presidenciais. Entre os vetos derrubados está o que bloqueava o projeto de lei 10.159/18, que dispensa portadores de HIV aposentados por invalidez de realizar avaliação pericial. O dispositivo, agora, vai virar lei, beneficiando essa parcela da população. Também vão virar lei os seguintes dispositivos: o que isenta taxistas e pessoas com deficiência de pagar IOF na compra de carros híbridos ou elétricos; o que possibilita aos partidos ficarem com doações de servidores públicos filiados em anos anteriores; e o que permite universidades públicas, centros de pesquisa e fundações de apoio a gerirem recursos privados para projetos. Só

a derrubada do veto ao setor automotivo deve representar um impacto de R\$ 4 bilhões a R\$ 10 bilhões aos cofres públicos.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

Museu Nacional ganha teto provisório de material metálico

A condição para a instalação do teto provisório era o escoramento das paredes, que começou em setembro do ano passado

Rio - Com recursos doados pelo Ministério da Educação (MEC) em 2018 para obras emergenciais, o Museu Nacional, destruído por um incêndio no dia 2 de setembro daquele ano, concluiu a instalação de um teto provisório de material metálico no equipamento.

"Faltam ainda alguns detalhes, mas a base toda foi feita. Em princípio, terminou", disse à Agência Brasil o diretor do museu, Alexander Kellner. Segundo Kellner, a condição para a instalação do teto provisório era o escoramento das paredes. Ele disse que, sem o escoramento, não faria o teto. O trabalho começou no dia 21 de setembro do ano passado.

Kellner reafirmou que a liberação, pelo MEC, da primeira parcela dos R\$ 908 mil necessários às obras será usada na elaboração do projeto executivo de restauração da fachada e dos telhados permanentes do edifício. O plano que será entregue à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), administradora do museu, para repasse ao MEC, inclui também a reforma da área interna do antigo palácio imperial.

A assessoria de imprensa do Museu Nacional informou que o Ministério da Cultura da Itália anunciou colaboração com o museu. Ainda neste mês, autoridades italianas se reunirão com a direção do museu para definir como será feita essa cooperação: se vão doar acervo, emprestar peças ou se enviarão recursos financeiros para as obras de restauração do equipamento. Em princípio, a chegada dos italianos é esperada no dia 19 deste mês para participarem de simpósio internacional.

Doações

Segundo a assessoria do Museu Nacional, o total de recursos liberados pelo MEC é de R\$ 16 milhões – R\$ 8,9 milhões para obras emergenciais, incluindo escoramento das paredes, cobertura provisória do prédio e instalação de contêineres, R\$ 908,8 mil para elaboração do projeto da reconstrução da fachada e dos telhados definitivos, e R\$ 5 milhões para elaboração de dois projetos, um para a reconstrução interna do palácio e outro para novas exposições.

Alexander Kellner aguarda ainda a liberação de recursos da emenda parlamentar da bancada do Rio de Janeiro, que totaliza R\$ 55 milhões. Após o contingenciamento de R\$ 11,9 milhões, não definido pelo MEC, para o cumprimento das leis de Responsabilidade Fiscal e de Diretrizes Orçamentárias, entre outras normas, o valor da emenda caiu para R\$ 43,1 milhões.

O cônsul-geral da Alemanha no Rio de Janeiro, Klaus Zillikens, anunciou doação ao Museu Nacional que pode atingir até 1 milhão de euros. Para recuperar especificamente a parte elétrica do museu, a Alemanha doará 145 mil euros neste mês, que se somarão aos 180,8 mil euros doados em 2018 para compra de equipamentos, entre os quais câmeras fotográficas, computadores e lupas.

Do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações virão R\$ 10 milhões, prometidos na gestão anterior e que serão pagos pela atual administração. Os recursos serão aplicados na aquisição de equipamentos para a ciência e adaptação de local que receberá esses equipamentos.

A agência britânica internacional British Council anunciou doação de R\$ 150 mil para realização de intercâmbios educacionais e relações culturais.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Só os burocratas salvarão o MEC da memecracia

O meme é o primeiro passo para a desprofissionalização da educação pública

Burocracia é uma palavra feia quando significa apenas pilhas de papel, sequências de carimbos e desânimo de funcionários. E ela é feia mesmo, preciso admitir. Mesmo à origem do termo falta glamour. A palavra nasce dos tecidos usados para revestir as mesas em que os monges trabalhavam por longas e mais longas e mais longas horas. Com o tempo, o tecido se confundiu com a mesa de trabalho que, por sua vez, se confundiu com o lugar em que as pessoas desempenhavam sua função. Feito, nasce a palavra bureau.

Na França, um país apaixonado por regras e papéis, o bureau encontrou a palavra grega krátos, que significa força ou poder. Estava formado o conceito para expressar um tipo de administração exercida por funcionários instalados dentro de escritórios, com grande autoridade para tocar os assuntos —de Estado ou de empresas. O termo foi consagrado por Max Weber, um dos pais da sociologia moderna, para definir um modelo de gestão impessoal e com regras claras, grosso modo (Weber é muito mais sofisticado do que a minha definição).

Por que faço esse longo preâmbulo? Quero defender os burocratas do MEC (Ministério da Educação). Enquanto eles trabalham duro para garantir que as verbas cheguem às escolas e universidades, enquanto elas se esforçam para manter as avaliações andando, o chefe de todos eles e elas, o ministro Abraham Weintraub, toca gaita para mostrar suas origens cearenses, usa guarda-chuva dentro do ministério para se proteger da “tempestade de notícias falsas”, assim, entre aspas mesmo, e produz toda sorte de memes para as redes sociais. Quando não está gravando um vídeo, cria problemas para as áreas jurídicas do ministério ao defender medidas que, pouco tempo depois, se provariam ilegais —como cortar verbas de universidades com base no critério de balbúrdia.

Resultado? Sempre que o ministro tem uma ideia, um funcionário público perde seu tempo, pago com nossos impostos, para minimizar os desastres potenciais que a ideia terá sobre o MEC —e sobre o país. A gestão baseada em tuítes gera prejuízo ao erário.

Cada um a seu modo, os ministros da educação de Jair Bolsonaro são o oposto do burocrata clássico. Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub misturam suas obsessões com os temas do Estado e servem aos desejos do Presidente da República. Porém, Weintraub tem um agravante. Ele adora memes. Gasta muito tempo produzindo cada um deles. Parece, no entanto, gastar pouco tempo pensando sobre as consequências da “memecracia” sobre seus funcionários.

Imagine trabalhar no MEC e ver um vídeo do seu chefe andando de guarda-chuva pelo corredor? Como você vai respeitar um líder que não respeita os poderes derivados da cadeira que ocupa?

A postura e as ideias do ministro são incompatíveis com os desafios que ele tem, tanto como ministro de Estado quanto como gestor público. Ao desperdício de tempo, dele e alheio, soma-se a construção de uma cultura pouco afeita ao profissionalismo.

Se o ministro tudo pode e nada faz, os sinais para quem está abaixo dele são claros. O amadorismo é a regra e não a exceção. Neste contexto, não há burocracia, não há regra, só um baguncismo voluntarista. Afinal, o contrário de burocracia não é agilidade. É caos —e amadorismo.

Em reunião recente com reitores e líderes de universidades federais, Weintraub sugeriu que, caso falte dinheiro para a limpeza, os alunos poderiam montar mutirões para varrer corredores e jogar água nos banheiros. Difícil imaginar uma cena semelhante em qualquer universidade relevante do mundo. Mas, na cabeça de Weintraub, essa é uma sugestão relevante para as instituições brasileiras. Um bom burocrata certamente já preparou a papelada para evitar que isso vire processo contra o Estado, pode ter certeza.

A educação brasileira penou décadas para ser profissionalizada. Isso só aconteceu, na prática, a partir da Constituição de 1988. Foi ali que ela virou direito de todos os brasileiros e um dever do Estado. O MEC passou por uma série de reformas, órgãos foram profissionalizados, a complexidade do trabalho aumentou com as avaliações padronizadas. Ainda há muito a melhorar, e o sistema está longe de ser perfeito.

Eu, sinceramente, preferiria discutir modos de agilizar o MEC, modernizar a pasta, melhorar seus processos. Porém, como não estamos em tempos normais, eis-me aqui dizendo o óbvio: ministro, respeite seus burocratas. Quanto mais memes você produzir, menos respeito vai angariar. Com menos respeito, a máquina vai emperrar. E, uma vez parada, será muito difícil fazê-la voltar aos eixos.

Se nada disso te comover, deixo um alerta. Quando tudo der errado, você vai precisar dos seus burocratas. Acredite em mim. Eles são a sua única salvação.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

No AP, mais de 2,5 mil candidatos se inscreveram para disputar a 152 vagas no Sisu 2019

Lista de aprovados na edição do 2º semestre foi divulgada pelo MEC. Prazo para fazer a matrícula vai de 12 a 17 de junho.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do segundo semestre de 2019 divulgou na segunda-feira (10) a lista dos aprovados no processo. No Amapá, 2.580 candidatos se inscreveram para concorrer a 152 vagas ofertados no estado. Os interessados em conferir se estão entre os selecionados podem consultar o site

<http://sisu.mec.gov.br/selecionados>.

Em todo o Brasil foram 76 instituições participantes, com a oferta total de 59.028 vagas. Para essas vagas, 640.205 candidatos se inscreveram, representando aumento de 25,9% em relação ao ano anterior, que registrou 508.486 inscrições.

Na Região Norte foram ofertadas 1.780 vagas e registrados 42.412 inscritos. A maior procura foi no Nordeste, que teve 262.785 inscritos para 23.917 vagas.

Ainda no Norte, o Pará teve a maior procura, com 17.612 inscritos para apenas 30 vagas. No levantamento do Ministério da Educação, o estado do Amazonas aparece com 0 vaga ofertada, mas com 4.688 inscritos. Rondônia também aparece sem nenhuma oferta, enquanto Tocantins apresentou o maior número de vagas disponíveis: 961.

Nº de vagas e de inscritos nos estados do Norte no Sisu

Estado Nº de vagas disponibilizadas Nº de inscritos

Amazonas (AM) 0 4.688

Roraima (RR) 17 1.277

Amapá (AP) 152 2.580

Pará (PA) 30 17.612

Tocantins (TO) 961 7.935

Rondônia (RO) 0 2.402

Acre (AC) 620 5.918

Fonte: Ministério da Educação

Segundo o Ministério da Educação (MEC), entre os 10 cursos mais procurados, medicina encabeça a lista. Na sequência vem direito, administração, pedagogia, enfermagem, psicologia, educação física, medicina veterinária, odontologia e nutrição.

Próximas etapas do Sisu

Matrícula chamada regular: 12 a 17 de junho de 2019 (é preciso observar os dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição em seu edital próprio)

Prazo para manifestar interesse na lista de espera: 11 a 17 de junho de 2019

Convocação dos candidatos em lista de espera pelas instituições: a partir de 19 de junho de 2019

O candidato inscrito no Sisu também pode fazer a inscrição no Programa Universidade para Todos (Prouni), desde que atenda aos critérios do programa. No segundo semestre de 2019, Sisu e Prouni adotam o Enem de 2018 como critério para seleção dos candidatos.

[topo](#)

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Selecionados no Sisu já podem se matricular em instituições de ensino

O prazo vai até o dia 17 de junho. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018

Os estudantes selecionados na chamada regular do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) podem, a partir desta quarta-feira (12/06/2019), fazer matrícula nas instituições de ensino para as quais foram selecionados. O prazo vai até o dia 17. Cabe aos candidatos verificar os dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição em edital próprio.

O resultado da chamada única do Sisu foi divulgado segunda-feira (10/06/2019) e está disponível no site do programa. Os estudantes selecionados podem pleitear auxílio para pagar transporte, moradia e outras despesas nas próprias instituições de ensino superior, de acordo com determinados critérios, como renda familiar. Os programas de assistência estudantil são implementados diretamente pelas instituições.

Lista de espera

As vagas que não forem preenchidas serão ofertadas para os estudantes em lista de espera. Quem não foi selecionado em nenhuma das duas opções de curso feitas na hora da inscrição na chamada única e quiser integrar a lista tem até o dia 17 para fazer a adesão, no site do SisU.

O candidato deve acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do SisU. O estudante poderá manifestar interesse para a primeira ou segunda opção de curso. Ao finalizar a manifestação, o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

Esses estudantes serão convocados a partir do dia 19. A convocação para a matrícula será feita pelas próprias instituições de ensino. Nessa etapa caberá aos próprios candidatos acompanhar a convocação na instituição na qual estiverem pleiteando uma vaga.

Sisu 2019

Nesta edição, o SisU oferece 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018. Para participar é preciso ter obtido nota acima de zero na redação do exame. Ao todo, 640.205 estudantes se inscreveram no programa, de acordo com balanço divulgado pelo MEC.

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

O problema da educação não é a falta de dinheiro, diz Viviane Senna Para a presidente do Instituto Ayrton Senna, o Brasil ainda está atrasado por privilegiar “achismos” e o partidarismo em vez de evidências científicas

São Paulo – O Instituto Ayrton Senna esteve no centro das atenções um pouco antes do início do governo de Jair Bolsonaro. Em novembro do ano passado, a vontade do agora presidente da República era de que a responsável pelo Instituto, a empresária e psicóloga Viviane Senna, assumisse o Ministério da Educação (MEC).

Não foi o que aconteceu. E, de longe, Senna acompanhou as crises e desencontros do MEC, e que já resultaram na demissão do ex-ministro Ricardo Vélez. Mesmo assim, a empresária acredita que há espaço para o Ministério recuperar o tempo perdido. Mas é necessário se atentar às decisões ligadas ao espectro ideológico – estas devem trazer apenas prejuízos para a educação.

“A política partidária e ideológica não pode ser o tomador de decisão em política pública de educação. Temos que olhar os dados científicos e a experiência empírica”, diz Senna.

Não à toa, Senna sempre repete a importância de se acompanhar dados e criar políticas em cima deles. Um exemplo que ela sempre cita é o da cidade cearense de Sobral, vista como o grande modelo de evolução educacional no país. Há duas décadas foi iniciada uma política em parceria do Instituto Ayrton Senna com a prefeitura, então comandada pelo atual senador Cid Gomes (PDT).

Com mudanças na gestão e foco na alfabetização, a cidade possui hoje as melhores

notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em português e matemática – em alguns casos, com notas 50% superiores às de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro.

“Sobral era um município que tinha 97% das crianças atrasadas, o pior do Brasil. Hoje é o melhor. Mas a cidade não mudou por interferência partidária ou por ideologias e achismos”, diz Senna. Confira, a seguir, a sua entrevista:

O município de Sobral é utilizado como o grande exemplo de avanço da educação brasileira nas últimas duas décadas. O que a fez ser diferente das demais?

Sobral seguiu todo um planejamento e, principalmente, manteve a educação blindada nos últimos 20 anos e levaram a política para todo o Ceará. Por isso, não é à toa que Sobral se tornou o município exemplo. Precisa consistência em política pública para a roda girar. Mas também foi uma coincidência, afinal foi uma mesma família esteve no poder durante todo esse tempo. Não estou defendendo que apenas uma família governe, mas que os sucessores mantenham o que foi feito de bom por governos anteriores. Sobral era um município que tinha 97% das crianças atrasadas, o pior do Brasil. Hoje é o melhor. Mas a cidade não mudou por interferência partidária ou por ideologias e achismos.

Mas por que não temos outros exemplos de “Sobrais”?

Trabalhamos em cidades que também tiveram resultados expressivos, apesar de não terem o mesmo de Sobral. Há municípios em que as decisões em educação mudaram de acordo com a alternância de governos. Aquilo que era evidência, e que nós nos sempre nos baseávamos, era mudado para achismos e conveniências partidárias de todos os tipos. Muitas vezes, quem toma as decisões para a educação é o departamento da política e não o da política educacional. Era a politicagem, além de caixa dois, que também acontece. Temos que trazer a evidência e a ciência para dentro da escola. E temos soluções para isso, que são quatro alavancas.

Quais são essas alavancas?

Qualquer processo de educação não responde a somente um tipo de medida. É necessário um conjunto inteiro. Quando o presidente Bolsonaro me convidou para ajudar na área de educação, ele me pediu um diagnóstico e os meios para a resolução. Com isso, identificamos algumas alavancas: alfabetização no primeiro ano de escola, formação de professores, gestão e decisões baseadas em evidências.

Na questão da alfabetização, eu até propus ao presidente que precisaríamos criar um programa de analfabetismo zero, algo que fosse o carro chefe do governo. Um programa nos mesmos moldes do que foi feito com o Fome Zero (programa lançado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, para combater a fome).

A ideia de analfabetismo zero, que a senhora comentou, foi abraçada pelo atual governo?

Foi criada uma secretaria de alfabetização dentro do MEC. Eu vejo um indicador de que esse elemento foi incluído de alguma forma nessa visão de educação. Mas eu não sei se

isso terá a capacidade de bater as metas que eu comentei com o governo. Eu queria algo maior.

Na sua opinião, por que a formação dos professores ainda está a desejar?

Ainda temos uma formação deficiente, que é muito direcionada para o conceitual e o ideológico. A formação, hoje, não forma professor para desenvolver o aluno. Não há um interesse das universidades em ver o que realmente funciona. A formação do professor precisa ser focada na implementação dos modelos de aprendizado e evidências científicas. O professor sozinho é responsável por 70% do resultado de aprendizagem do aluno. Isso não é um achômetro, pois é o que a ciência mostra.

E o que fazer para melhorar a gestão das escolas públicas?

A gestão é absolutamente crucial. Não adianta alfabetização e formação, se a gestão de processos não funciona. Tudo depende do acompanhamento por meio de gestão da sala de aula, da escola e também da rede educacional. É um passo a passo. Tem que realmente entender o problema e fazer um diagnóstico. Nós, por exemplo, propusemos uma prova de alfabetização para diversos municípios, como foi o caso de Sobral, para entender o tamanho do problema. Não se pode acelerar um aprendizado se uma criança é analfabeta. Muitas vezes, tem que descer degraus e entender.

Trabalhar política pública com base em evidência ainda é, até hoje, um desafio. As pessoas não trabalham com informações, mas com achismos e chutômetros. Não pode ser ideologia de direita e nem de esquerda. Tem a ver com o foco no resultado e tem que ter a participação de todos: professores, coordenadores e diretores. O diretor, por exemplo, não pode ficar sentado preenchendo papel, mas também precisa ser um gestor da aprendizagem do aluno.

Como resolver isso? O Brasil precisa investir mais em educação?

Esse tema do financiamento é bem interessante porque muitos colocam a culpa na falta de investimento. A evidência mostra que não isso. Mais importante do que ter mais recursos, é ter mais gestão e mais eficiência no uso do dinheiro. Todos os municípios que trabalhamos são pobres, com situações bastante desafiadoras, mas conseguem ter melhorias. Mas aí falta a convergência entre todos os níveis de governo. Não podemos ver a educação como uma questão de partido, mas de estrutura. As pessoas simplificam o problema. Precisamos ter mais foco e consistência. É falta de compromisso, competência e eficiência.

Uma crítica que existe a governos anteriores é que eles não colocaram foco na educação básica. Qual é a sua opinião?

O último governo olhou, sim, para a educação básica. Mas o foco não pode ser apenas teórico – precisa se transformar em execução. O Brasil é muito bom em ter ideias e em planejar, mas muito ruim de executar. É uma parte da nossa cultura. Qualquer empresário sabe que para se ter sucesso é necessário um planejamento bem feito e entender o que fazer e como fazer antes de começar.

Depois, é necessária uma execução a altura de um projeto. Se um for bom e o outro for

ruim, não funciona. Pode ser uma obviedade, mas na política pública isso não parece ser óbvio. Sobretudo, não é feito. Trazemos esse tipo de informação há 25 anos.

O espectro ideológico ainda atrapalha o diálogo entre governo federal, estados e municípios? Por exemplo, um governador de direita pode não querer ajudar um prefeito de esquerda?

Isso pode acontecer, mas acredito que o problema é maior do que isso. O problema estrutural é que não existe governança e operação em conjunta entre os diferentes poderes. Ainda é cada um por si. Em vez de serem integrados, todos agem de forma autônoma. Existe um princípio, que inclusive é legal, é o regime de colaboração entre estados e municípios. Teoricamente, uma criança não é de responsabilidade de uma cidade ou outra, mas do estado.

Então, tanto os secretários municipais quanto os estaduais deveriam estar trabalhando em prol dessas crianças. O MEC também. O objetivo precisa ser na criança. É como se fosse uma corrida. Quando o piloto vai para o box, a equipe inteira tem que agir de maneira integrada para fornecer um bom carro. Se cada um trabalhar de maneira individual, o piloto não terá sequer um carro. O que falta no Brasil é essa integração nos três níveis.

O assunto da “Escola Sem Partido” sempre vai e volta para discussão. Qual é a sua opinião sobre esse tipo de discussão? Críticos falam que isso poderia censurar professores.

Quando eu critico política na escola, eu quero dizer interesse partidário. Isso que tem que sair da sala de aula. As pessoas precisam ter a liberdade de discutir qualquer assunto que seja dentro da escola. Mas não pode se misturar politicagem com política. Não importa se é de direita ou de esquerda. São coisas totalmente diferentes.

Apesar de criticar governos anteriores pelo mesmo motivo, o atual MEC insiste em pautas ideológicas. Isso pode atrapalhar o desenvolvimento educacional no Brasil?

A política partidária e ideológica não pode ser o tomador de decisão em política pública de educação. Temos que olhar os dados científicos e a experiência empírica. Toda vez que isso não acontece, teremos um prejuízo em educação.

Mas a senhora percebe essa vontade no MEC?

Os secretários executivos do MEC estão trabalhando com muita abertura, como o Janio Macedo (secretário de Educação Básica). Estão querendo construir um planejamento estratégico para o MEC envolvendo diversas organizações e especialistas para pensar em uma política educacional para o Ministério. Nós, inclusive, fazemos parte desse grupo.

Estamos mudando a percepção da educação no Brasil ou continuamos dando um tom político-partidário para elas?

Tem uma frase que envolve o economista Cláudio de Moura Castro que representa muito o meu pensamento. Teve uma vez em que ele foi para um seminário sobre

educação e tinha uma hora para falar. Ele foi com um slide e disse que liberaria as pessoas em poucos minutos para ir tomar um café. No slide estava escrito: “no dia em que o Brasil torcer e vigiar a educação da mesma forma que ele faz com a seleção brasileira, nós teremos uma educação de qualidade”.

Estamos caminhando, mas ainda não chegamos lá. Precisamos melhorar a oferta e a demanda por educação. Não pode ser vaga na escola. Há momentos em que as pessoas pensam que o filho estando na escola e ganhando merenda é o suficiente. Escola não pode ser vista como estacionamento de criança ou lanchonete. Isso não é educação.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Selecionados no Sisu podem fazer matrícula a partir de hoje

Os estudantes selecionados na chamada regular do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) podem, a partir de hoje (12), fazer matrícula nas instituições de ensino para as quais foram selecionados. O prazo vai até o dia 17. Cabe aos candidatos verificar os dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição em edital próprio.

O resultado da chamada única do Sisu foi divulgado segunda-feira (10) e está disponível no site do programa.

Os estudantes selecionados podem pleitear auxílio para pagar transporte, moradia e outras despesas nas próprias instituições de ensino superior, de acordo com determinados critérios, como renda familiar. Os programas de assistência estudantil são implementados diretamente pelas instituições.

Lista de espera

As vagas que não forem preenchidas serão ofertadas para os estudantes em lista de espera. Quem não foi selecionado em nenhuma das duas opções de curso feitas na hora da inscrição na chamada única e quiser integrar a lista tem até o dia 17 para fazer a adesão, no site do Sisu.

O candidato deve acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do Sisu. O estudante poderá manifestar interesse para a primeira ou segunda opção de curso. Ao finalizar a manifestação, o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

Esses estudantes serão convocados a partir do dia 19. A convocação para a matrícula será feita pelas próprias instituições de ensino. Nessa etapa caberá aos próprios candidatos acompanhar a convocação na instituição na qual estiverem pleiteando uma vaga.

Sisu 2019

Nesta edição, o Sisu oferece 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018. Para participar é preciso ter obtido nota acima de zero na redação do exame. Ao todo, 640.205 estudantes se inscreveram no programa, de acordo com balanço divulgado pelo MEC.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Selecionados no Sisu podem fazer matrícula a partir desta quarta

O prazo vai até o dia 17. Cabe aos candidatos verificar os dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição

Os estudantes selecionados na chamada regular do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) podem, a partir desta quarta-feira 12, fazer matrícula nas instituições de ensino para as quais foram selecionados. O prazo vai até o dia 17. Cabe aos candidatos verificar os dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição em edital próprio.

O resultado da chamada única do Sisu foi divulgado segunda-feira 10 e está disponível no site do programa.

Os estudantes selecionados podem pleitear auxílio para pagar transporte, moradia e outras despesas nas próprias instituições de ensino superior, de acordo com determinados critérios, como renda familiar. Os programas de assistência estudantil são implementados diretamente pelas instituições.

Lista de espera

As vagas que não forem preenchidas serão ofertadas para os estudantes em lista de espera. Quem não foi selecionado em nenhuma das duas opções de curso feitas na hora da inscrição na chamada única e quiser integrar a lista tem até o dia 17 para fazer a adesão, no site do Sisu.

O candidato deve acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do Sisu. O estudante poderá manifestar interesse para a primeira ou segunda opção de curso. Ao finalizar a manifestação, o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

Esses estudantes serão convocados a partir do dia 19. A convocação para a matrícula será feita pelas próprias instituições de ensino. Nessa etapa caberá aos próprios candidatos acompanhar a convocação na instituição na qual estiverem pleiteando uma vaga.

Sisu 2019

Nesta edição, o Sisu oferece 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018. Para participar é preciso ter obtido nota acima de zero na redação do exame. Ao todo, 640.205 estudantes se inscreveram no programa, de acordo com balanço divulgado pelo MEC.

(Com Agência Brasil)

topo ↕

TNONLINE - TEMPO REAL

Polo UAB oferece 75 vagas para pós-graduações pela Unicentro

O Polo Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB) de Apucarana comunica que estão abertas, até o dia 10 de julho, inscrições para o processo seletivo de alunos para cursos de pós-graduação *latu sensu* de especialização em Gestão Pública Municipal e em Gestão em Saúde. Ofertados na modalidade de educação a distância pela Universidade do Centro Oeste (Unicentro), de Guarapuava, e desenvolvidos em convênio com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** e UAB, as inscrições ocorrem de forma online, devendo o candidato acessar os endereços www.apucarana.pr.gov.br/polouab ou ead.unicentro.br.

“O curso contará com atividades presenciais, como avaliações e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, que ocorrerão nas dependências do polo”, informa professora Sueli Gomes Reis, coordenadora do Polo UAB de Apucarana.

São 40 vagas para a especialização em Gestão Pública e 35 para a Gestão em Saúde. “Pedimos que os interessados leiam com atenção o edital, para não perderem os prazos. Lembrando que são pós-graduações gratuitas”, comunica a coordenadora.

O primeiro curso tem como critério de classificação maior tempo de atuação no setor público e o segundo critério maior tempo de atuação no terceiro setor. Já para “Gestão em Saúde”, o primeiro critério será maior tempo de atuação no setor público e, o segundo, maior tempo de atuação na área da saúde. “Ambos os cursos objetivam capacitar pessoas com diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos municipais ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública para intervir na realidade social”, explica Sueli Reis, coordenadora do Polo UAB.

topo ↕

UERGS - TEMPO REAL

**Segunda edição do Fórum das Licenciaturas da Uergs recebe inscrições
As vagas para o evento são limitadas e restritas para quem é estudante de licenciatura na Uergs.**

Com sede na Uergs em Osório, a segunda edição do Fórum das Licenciaturas da Uergs acontecerá nos dias 18 e 19 de julho. A pré-inscrição, a ser confirmada por e-mail, ocorre por meio do preenchimento do formulário online e vai até o dia 14 de junho. As vagas para o evento são limitadas e restritas para quem é estudante de licenciatura na Uergs.

O evento reunirá docentes e discentes para debater sobre as políticas educacionais na formação de professores, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a importância da adesão da Universidade aos programas de fomento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O Fórum contará também com apresentações de trabalhos e experiências discentes, além de painéis com coordenadores de diversas áreas.

A Uergs oferta os cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, na Unidade em Montenegro; em Ciências Agrárias, na Unidade em Vacaria; em Letras: Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, na Unidade em Porto Alegre; e em Pedagogia, nas Unidades em Alegrete, Bagé, Cruz Alta, Osório, São Francisco de Paula e São Luiz Gonzaga.

2º Fórum das Licenciaturas da Uergs

Serviço

Data: 18 e 19 de julho de 2019

Local: Unidade Litoral Norte - Osório da Uergs (Rua Machado de Assis, 1456 – Bairro Sulbrasileiro) e Câmara Municipal de Vereadores de Osório (Avenida Jorge Dariva, 1211 – Centro)

Contato:(51) 3663-9455

Programação

18 de julho

08h - 10h: Credenciamento

10h - 12h: Mesa de Abertura: Painel – Coordenadores de área – Formação inicial: compartilhando saberes e experiências docentes

14h - 17h30: Apresentações de trabalhos e experiências discentes (PIBID)

19h30 - 22h: Mesa de Abertura: Plano Nacional, BNCC e Licenciaturas na Uergs

19 de julho

8h30 - 11h30: Integração Teoria e Prática no PIBID

8h30 - 11h30: Papel e perspectivas do NDE na qualificação do PPP das Licenciaturas na UERGS

13h30 - 17h30: Oficinas Pedagógicas (discentes - Bolsistas/PIBID)

14h - 17h30: Workshop

18h - 21h: Mesa de Encerramento – Pedagogia Universitária

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC não proibiu divulgação de greve geral convocada para esta sexta-feira
Mensagens que circulam pelas redes sociais afirmam que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, teria proibido o MEC (Ministério da Educação) de divulgar a greve geral convocada por centrais sindicais para 14 de junho.

Uma das postagens mais populares, com mais de 36 mil retuítes e 47 mil curtidas, afirma: "Por favor, não divulguem a greve geral do dia 14 de junho. Compartilhe para que as pessoas saibam e não façam a divulgação". A mensagem, irônica, visa a dar publicidade ao ato.

FALSO: MEC não proibiu divulgação de greve geral

A reportagem não encontrou nenhuma referência específica à greve geral em textos recentes do MEC ou em declarações do ministro Weintraub.

Proposta de início como forma de repudiar a reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro, a paralisação liderada pelos sindicatos incorporou a pauta da defesa da educação depois que verbas para as universidades federais e escolas públicas no total de R\$ 5,7 bilhões foram suspensas, segundo o governo, por necessidade de contingenciar gastos. Desde então, a greve é apoiada pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Ministério emitiu nota contra manifestações em escola

Em 30 de maio, quando estudantes e professores foram às ruas no segundo dia de atos contra a redução de verbas da educação, o MEC divulgou uma nota estimulando pais e alunos a denunciarem à ouvidoria da pasta a divulgação de manifestações durante o horário das aulas e dentro das escolas.

"Nenhuma instituição de ensino pública tem prerrogativa legal para incentivar movimentos político-partidários e promover a participação de alunos em manifestações", afirmou o ministério no comunicado.

O MEC acrescentou que os servidores públicos têm a "obrigatoriedade de cumprir a carga horária de trabalho" e "podem ter o ponto cortado em caso de falta injustificada" - desde 2016 há entendimento do Supremo Tribunal Federal de que o desconto dos dias parados de servidores que entrarem em greve é válido, desde que a paralisação não ocorra por irregularidade cometida pelo poder público.

Em esclarecimento posterior, o ministério declarou que o específico propósito da nota era "alertar para eventual uso indevido de instituições públicas fora das suas finalidades legais para atender interesse ou ideologia pessoal".

"O MEC não proíbe pais e alunos de divulgar protestos. Esse tipo de comportamento se insere na liberdade individual das pessoas, desde que não interfira no bom e fiel cumprimento da missão funcional das instituições públicas de ensino", completou.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação reafirmou por meio de sua assessoria que não proibiu a divulgação de protestos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Selecionados no Sisu podem fazer matrícula a partir de hoje

Os estudantes selecionados na chamada regular do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) podem, a partir de hoje (12), fazer matrícula nas instituições de ensino para as quais foram selecionados. O prazo vai até o dia 17. Cabe aos candidatos verificar os dias, horários e locais de atendimento definidos por cada instituição em edital próprio.

O resultado da chamada única do Sisu foi divulgado segunda-feira (10) e está disponível no site do programa.

Os estudantes selecionados podem pleitear auxílio para pagar transporte, moradia e outras despesas nas próprias instituições de ensino superior, de acordo com determinados critérios, como renda familiar. Os programas de assistência estudantil são implementados diretamente pelas instituições.

Lista de espera

As vagas que não forem preenchidas serão ofertadas para os estudantes em lista de espera. Quem não foi selecionado em nenhuma das duas opções de curso feitas na hora da inscrição na chamada única e quiser integrar a lista tem até o dia 17 para fazer a adesão, no site do Sisu.

O candidato deve acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do Sisu. O estudante poderá

manifestar interesse para a primeira ou segunda opção de curso. Ao finalizar a manifestação, o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

Esses estudantes serão convocados a partir do dia 19. A convocação para a matrícula será feita pelas próprias instituições de ensino. Nessa etapa caberá aos próprios candidatos acompanhar a convocação na instituição na qual estiverem pleiteando uma vaga.

Sisu 2019

Nesta edição, o Sisu oferece 59.028 vagas em 76 instituições públicas de ensino em todo o país. A seleção é feita com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018. Para participar é preciso ter obtido nota acima de zero na redação do exame. Ao todo, 640.205 estudantes se inscreveram no programa, de acordo com balanço divulgado pelo MEC

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Capex estuda novos cortes a bolsas de pesquisa

Em reunião no dia 28 de maio, diretora de instituição apresentou plano de bloqueio de 30% para cursos com duas notas 4 consecutivas; medida seria implementada em julho

RIO- A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** fez um "estudo de possibilidades" no qual apresentou o plano de realizar novos cortes nas bolsas destinadas a pesquisa no país.

Em uma reunião no dia 28 de maio, em Brasília, a diretora de Programas e Bolsas da instituição, Zena Martins, apresentou uma estimativa de cortes para julho de até 30% nos cursos com duas notas 4 consecutivas. As notas variam de 1 a 7, sendo nota 3 o critério mínimo para o credenciamento de um curso.

Oficialmente, porém, a **Capex** afirmou ao GLOBO que não há previsão de novos congelamentos e que a apresentação feita por sua diretora era apenas "um estudo de possibilidades, apresentado a representantes de instituições de ensino superior , diante da necessidade de contingenciamento ".

Os cortes anunciados pela agência em 4 de junho, quando bloqueou 2,7 mil bolsas de cursos nota 3 , também estavam previstos no estudo apresentado uma semana antes por Zena Martins no encontro.

A diretora da **Capex** levantou ainda a possibilidade de "ajuste da cota de bolsas de Pró-reitorias", o que na prática pode significar o corte de até 532 bolsas que podem ser alocadas em qualquer programa, à escolha das instituições de ensino superior. As bolsas excedentes dessa modalidade na região Norte seriam remanejadas para outros programas "de áreas prioritárias", que seriam definidas pelo Fórum Nacional de de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação (Foprop). Nesse contexto, universidades como a Federal do Pará (UFPA) poderiam perder mais de 200 bolsas.

A **Capex** prevê ainda "ao longo do ano", a possibilidade de suspensão do fomento à pós-graduação até 2020, o que impactaria programas como o Programa de Apoio a Eventos no País (Paep), o Doutorado Interinstitucional (Dinter), e o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD Amazônia), que é usado para fortalecimento da pós-graduação na Região Norte. O apoio a custeio de Fundações

Estaduais de Amparo à Pesquisa também ficaria em risco.

Os cursos nota 4 não são ruins

No caso do corte nos cursos nota 4, seriam afetadas 15% das bolsas pertencentes à região da Amazônia Legal, que abrange territórios de cerca de nove estados, e 30% nas demais regiões do país. Entrariam no corte aqueles que tivessem mantido a nota em duas avaliações, em 2013 e 2017.

A possibilidade de cortes de bolsas desse padrão alarmou a área e algumas universidades já começaram a fazer os cálculos do impacto. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a nova leva de bloqueios ocasionaria o congelamento de mais 38 bolsas de mestrado e 23 de doutorado, o que, segundo a instituição, gera "apreensão crescente".

— Os cursos nota 4 não são ruins, têm uma avaliação boa. Em muitas regiões do país os únicos doutorados disponíveis têm nota 4. É uma contradição entender que esses cursos têm condições de manter um doutorado e ao mesmo tempo não merecem manter sua cota de bolsas. Esses são programas que estão lutando para se consolidar, especialmente em regiões menos favorecidas. É importante que a gente preserve — afirmou o pró-reitor de pesquisa da UFRRJ, Alexandre Fortes.

Segundo a pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Andrea Latge, há um clima de incerteza na universidade em relação à concessão dos benefícios aos cursos de nota 4.

— Soubemos que em julho aconteceria o congelamento dos cursos nível 4, mas depois houve uma entrevista do presidente como se não fossem ocorrer novos cortes. Então, estamos sem saber. Caso aconteça, acho que será muito prejudicial. Um curso nota 4 é bem mais estabelecido. O pior é tirar o alento dos estudantes que vão cada vez menos pensar em fazer mestrado e doutorado, porque a situação está cada vez mais crítica — disse Latge.

Pró-reitora da área na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Evelyn Dill Orrico afirma que a "comunicação dúbia" da **Capes** prejudica o planejamento das instituições de ensino.

— O planejamento acaba, é preciso se reinventar a cada dia, e no âmbito da pesquisa um planejamento a médio e longo prazo é crucial. Isso para os estudantes e para os pesquisadores é desesperador, e para quem está na gestão é um modus operandi angustiante — afirmou.

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

CE aprofundará debate sobre Fundeb permanente e corte de verbas na educação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou nesta terça-feira (11) o pedido do vice-presidente do colegiado, senador Flávio Arns (Rede-PR), para que seja realizada mais uma audiência pública - a quarta na CE - sobre a proposta de emenda à Constituição que torna o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) uma política pública permanente do Estado brasileiro (PEC 65/2019).

Pela atual legislação (Lei 11.494), o Fundeb, criado em 2006, terá prazo de vigência

somente até dezembro de 2020. Mas Flávio Arns, que é relator da PEC 65/2019, alerta que, caso não haja a aprovação de um novo Fundo, a partir de 2021 ocorrerá uma profunda desorganização no financiamento da educação brasileira.

"Hoje o Fundeb arca com 63% no que tange ao financiamento da educação básica pública brasileira, o equivalente a 2,3% do PIB. Com estes e outros recursos, União, governos estaduais e municipais asseguram 40 milhões de matrículas, um dos maiores contingentes escolares do mundo. O Fundeb é uma peça fundamental nesta engrenagem, e é por isso que o Fundo precisa ser reeditado e reformulado, agora de forma permanente na Constituição", defende Arns.

Esta será a quarta audiência pública da CE sobre a criação de um Fundeb permanente. Nas anteriores, foram debatidas uma maior participação da União no financiamento, a educação pública municipal e outros pontos relativos ao Fundo.

Para a nova audiência, Arns propõe a participação dos economistas Claudio Tanno, consultor da Câmara dos Deputados; e Herton Ellery, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); do prefeito de Campinas, Jonas Donizette (PSB), também presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); e do consultor legislativo da Câmara dos Deputados e especialista em políticas de financiamento à educação, Maurício Holanda.

A data da audiência ainda será definida pelo presidente da CE, senador Dário Berger (MDB-SC).

Corte de verbas

O corte nas finanças das escolas de ensino técnico também será debatido em audiência pública com diretores nacionais e estaduais dos Institutos Federais de Tecnologia (IFETs). Entre os convidados, estarão o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Jerônimo Rodrigues; o diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), Flávio Antônio dos Santos; e um representante a ser indicado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. O pedido para esta audiência partiu do senador Carlos Viana, e a data também ainda será definida.

Ciência para a educação

A pedido da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), a CE também deverá debater o tema Ciência para a Educação. A parlamentar propõe a presença de representantes do Instituto Ayrton Senna; da Rede Nacional Ciência para a Educação (Rede CpE), do Conselho Nacional de Educação (CNE), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), e das ONGs Todos pela Educação e Sincroniza Educação.

Daniella argumenta que são cada vez maiores e mais diversificadas as áreas de influência da Ciência na vida humana e na organização e funcionamento das sociedades. Ela acrescenta que a Rede CpE, uma das convidadas para a audiência, tem integrado esforços de laboratórios e pesquisadores de diversas especialidades, cujos trabalhos podem ser aplicados à educação.

"Estamos numa era de interdisciplinaridade em que as Ciências de forma geral, especialmente a Genética e a Neurociência em interação com a Informática, a nanotecnologia e o desenvolvimento de novos materiais, tem feito imensos progressos no conhecimento e desenvolvimento de tecnologias e técnicas capazes de melhorar a vida e as condições de aprendizagem e desenvolvimento de todo e cada ser humano", destacou na justificativa.

Também neste caso caberá ao presidente da CE, senador Dário Berger, definir a data desta audiência.

topo ↕

REVISTA FÓRUM - TEMPO REAL

Capes estuda novos congelamentos após cortes de 70% para novas bolsas em junho

Órgão que já havia anunciado congelamento para cursos com duas notas 3 seguidas estuda aumentar nota de corte para nota 4 de um máximo de 7

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** elaborou um “estudo de possibilidades” de realizar novos cortes nas bolsas destinadas a pesquisa de pós-graduação no país. Segundo reportagem de Paula Ferreira para o jornal O Globo, a diretora de Programas e Bolsas da instituição, Zena Martins, apresentou uma estimativa de cortes para julho de até 30% nos cursos com duas notas 4 consecutivas. A decisão foi comunicada em uma reunião no dia 28 de maio, em Brasília, e foi confirmada à Fórum por uma fonte do órgão. As notas dos cursos de pós-graduação variam de 1 a 7,... continuar lendo

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** elaborou um “estudo de possibilidades” de realizar novos cortes nas bolsas destinadas a pesquisa de pós-graduação no país.

Segundo reportagem de Paula Ferreira para o jornal O Globo, a diretora de Programas e Bolsas da instituição, Zena Martins, apresentou uma estimativa de cortes para julho de até 30% nos cursos com duas notas 4 consecutivas. A decisão foi comunicada em uma reunião no dia 28 de maio, em Brasília, e foi confirmada à Fórum por uma fonte do órgão. As notas dos cursos de pós-graduação variam de 1 a 7, sendo nota 3 o critério mínimo para o credenciamento de um curso.

Inscreva-se no nosso Canal do YouTube, ative o sininho e passe a assistir ao nosso conteúdo exclusivo

No dia 4 de junho, a **Capes** já havia anunciado oficialmente que cursos que receberam nota 3 nas duas últimas avaliações ou queda em avaliações mais longas teriam congelamento na entrada de novos bolsistas a partir deste mês. Com exceção da região da Amazônia Legal, estes cursos tiveram redução de 70% para novas bolsas, conforme anunciou Zena Martins em entrevista coletiva.

Para o presidente da **Capes**, Anderson Rideiro Correia, o corte de 70% na concessão de novas bolsas representava um bloqueio “gradual, paulatino e pequeno”. “Preservando a qualidade, a eficiência, e sempre fazendo mais com menos recurso”, afirmou Correia.

Ao todo foram barradas novas bolsas a 2.724 projetos de pesquisa, o que representa

quase 3% do total de bolsas à pós-graduação. Segundo aquele anúncio, nenhum bolsista corrente seria afetado.

Ao jornal O Globo, o órgão disse que a apresentação feita por sua diretora era apenas “um estudo de possibilidades, apresentado a representantes de instituições de ensino superior, diante da necessidade de contingenciamento”.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Comissão aprova crédito emergencial de R\$ 248 bi para governo pagar benefícios e aposentadorias

Governo garantiu que vai liberar recursos bloqueados para educação e Minha Casa Minha Vida. Projeto vai a plenário

BRASÍLIA — Após o governo fechar um acordo com integrantes da oposição e do centrão, a Comissão Mista de Orçamento (CMO), formada por deputados e senadores, aprovou nesta terça-feira um crédito emergencial de R\$ 248,9 bilhões para o governo. O projeto ainda precisará ser votado pelo plenário do Congresso Nacional, em sessão marcada para esta tarde.

O dinheiro é necessário para o governo pagar aposentadorias, o Plano Safra e benefícios como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) — pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Na sessão do Congresso, o projeto precisa ser aprovado pela maioria absoluta em uma sessão conjunta — 257 deputados e 41 senadores.

No último sábado, o presidente Jair Bolsonaro disse nas redes sociais que, sem a aprovação do projeto, ele terá que suspender o pagamento de benefícios a idosos e pessoas com deficiência já no próximo dia 25. “Nos meses seguintes faltarão recursos para aposentadorias, Bolsa Família, Pronaf, Plano Safra...”, afirmou.

A aprovação na CMO ocorreu depois de o governo garantir que irá liberar parte dos recursos que estão bloqueados no Orçamento. O relator do projeto, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), disse que serão liberados R\$ 1 bilhão para a educação; R\$ 1 bilhão para o programa Minha Casa, Minha Vida; R\$ 550 milhões para obras no Rio São Francisco; e R\$ 330 milhões para bolsas do CNPq.

A líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), não informou de onde virá o dinheiro que será liberado.

— A corda está no pescoço — disse a deputada. — O Orçamento é um só. Se vai gastar um pouco mais ali, tem que remanejar de um lado para o outro. Estamos fazendo as contas, mas vai dar certo — acrescentou.

Regra de ouro

O crédito é necessário por causa de uma norma fiscal, conhecida como regra de ouro. Por ela, o governo não pode emitir dívida para pagar despesas correntes, como folha de salário e benefícios. Ele só pode se endividar para fazer investimentos.

O problema é que os sucessivos rombos nas contas públicas encolheram o investimento e provocaram um desequilíbrio no Orçamento, que hoje está estimado em R\$ 248 bilhões. Assim, para poder pagar despesas correntes, a equipe econômica precisa de

uma autorização do Congresso.

Esse aval permitirá que a regra de ouro seja descumprida sem que haja punição para os gestores públicos. O desrespeito à norma pode ser caracterizado como crime de responsabilidade e pode ensejar abertura de processo de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro.

topo ↕

CORREIO DA MANHÃ - TEMPO REAL

Estudantes de mestrado/doutorado possuem risco 6 vezes maior de depressão e ansiedade

Conforme estudos, mulheres são maioria entre alunos de Pós Graduação com transtornos emocionais e/ou psicológicos.

Aos 27 anos, o biólogo Iran Augusto Neves ostenta um raro currículo acadêmico. Há poucas semanas, recebeu o grau de mestre, conferido a duras penas pelo programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP), uma das mais conceituadas do país. Iran está orgulhoso do feito, mas poderia estar mais.

Nem tudo foram flores no caminho que percorreu da graduação até a defesa da sua tese – na verdade, por causa dela, Iran quase perdeu a vida em janeiro. Quis ele mesmo tirá-la, num dia de exaustão no laboratório.

Não conseguiu. Mas entrou para a estatística crescente, segundo pesquisas, de estudantes travando batalhas simultâneas com os prazos e as agruras da pesquisa de um lado e a ansiedade e a depressão do outro. Conforme dados recentes, estudantes de mestrado e doutorado possuem risco 6 vezes maior de desenvolverem transtornos de depressão e ansiedade.

Só na turma de Iran, foram duas tentativas de suicídio desde que ele ingressou no mestrado – que o biólogo saiba. Uma delas, no laboratório. Outro colega, de um departamento vizinho, conseguiu.

“Antes de tentar me matar, pensei em desistir. Mas não podia, pois, se largasse o mestrado, teria de devolver todo o dinheiro da bolsa recebido até ali, que é pífio (R\$ 1,5 mil por mês, pela **Capes**), mas eu não tinha. Ainda precisava ouvir da minha orientadora: ‘como assim você não tem dinheiro para estar aqui todos os dias se você recebe para isso?’. Ela não tem noção do que é esse dinheiro”, desabafa o mestrando.

Estudos já publicados

Um estudo publicado na revista científica Nature, em 2017, aponta que 36% dos alunos de mestrado e doutorado sentem-se deprimidos ou ansiosos em grau moderado ou grave. Na população geral, o índice fica na casa dos 6%.

Os números vieram de entrevistas com quase 3 mil pessoas, em 26 países, de áreas diferentes do conhecimento. O mesmo problema foi relatado por alunos da saúde, das ciências biológicas, de exatas e de humanas. E pesou mais para mulheres e transgêneros do que para estudantes homens.

Ao todo, 41% dos entrevistados afirmaram ter ansiedade moderada ou grave, enquanto 39% disseram estar deprimidos. Entre alunas, o índice ficou nos 43% e 41%,

respectivamente. Enquanto isso, mais da metade dos alunos trans lidam com algum grau de sofrimento mental nas academias: 55% com ansiedade e 57% com depressão.

“Muitos estudos mostraram que mulheres estão mais suscetíveis a desordens mentais do que homens. Por isso, não ficamos surpresos com nossos resultados, pois alinham-se a trabalhos anteriores”, disse, Teresa Evans, líder do levantamento e professora da Escola de Medicina da Universidade do Texas. Isso não significa, na sua avaliação, que os números não reforcem a necessidade de se debater o espaço e a cobrança das mulheres na academia.

(Des)Orientadores

Durante as entrevistas, os pesquisadores do Texas perguntaram aos voluntários também sobre a relação com professores e orientadores de teses. A maioria não se mostrou satisfeita com a pessoa com a qual mais lidam no período de diplomação.

Mais da metade deles disseram não se sentir valorizados pelo professor e não acham que os orientadores sejam bons mentores ou, ainda, que farão grande diferença na vida profissional da cada um no futuro.

Entre os relatos recebidos pela reportagem, é comum surgirem, naturalmente, histórias de abuso, agressões verbais, ameaças ou carga excessiva de trabalho. Iran, da USP, conta que chegou a ser obrigado a passar 16 horas em um seminário científico certa vez sob ameaça de perder a bolsa-auxílio, única fonte de renda.

Novas pesquisas

Novas pesquisas conduzidas pelos pesquisadores Matheus Bortolosso Bocardi e Maycoln Leôni Martins Teodoro, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMS), estão buscando conhecer a saúde mental dos estudantes de Pós Graduação do Brasil.

A pesquisa está inserida no projeto “FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO PARA ANSIEDADE, DEPRESSÃO E IDEAÇÃO SUICIDA COM ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO”. do Laboratório de Processos Cognitivos (UFMS).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Após acordo, comissão do Congresso aprova crédito extra de R\$ 248,9 bilhões ao governo

Medida tem como objetivo evitar o descumprimento da regra de ouro, mecanismo que impede que o governo contraia dívidas para pagar despesas correntes, como salários e benefícios sociais.

Após acordo entre os partidos, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional aprovou nesta terça-feira (11) um projeto de lei que autoriza um crédito extra de R\$ 248,9 bilhões ao Executivo federal, a ser obtido com a emissão de títulos do Tesouro Nacional.

Pelo projeto, o governo Jair Bolsonaro poderá contrair dívidas para pagar despesas correntes, como salários e benefícios sociais, sem descumprir a chamada "regra de ouro".

Esse mecanismo constitucional veda o Executivo de se endividar com a emissão de títulos para custear contas do dia a dia. A única exceção é se houver a autorização do Congresso Nacional. Caso contrário, o presidente da República pode ser enquadrado no crime de responsabilidade fiscal, que pode embasar um pedido de impeachment.

A votação na comissão só foi viabilizada depois de o governo ceder a algumas demandas de diferentes partidos, incluindo de oposição, que, em contrapartida, concordaram em não obstruir os trabalhos do colegiado.

Foram cerca de duas horas de negociação a portas fechadas em uma sala ao lado do plenário da comissão.

Nesse meio tempo, o relator do projeto de lei, Hildo Rocha (MDB-MA), e a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), chegaram a deixar o local para se reunirem com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, no Palácio do Planalto para apresentar os pleitos dos parlamentares.

Segundo Hasselmann, o governo se comprometeu a:

liberar para a educação R\$ 1 bilhão dos recursos que hoje estão contingenciados; destinar R\$ 1 bilhão para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida; enviar R\$ 550 milhões para as obras de transposição do Rio São Francisco; liberar 330 milhões para bolsas de estudo do CNPQ.

A aprovação do parecer de Hildo Rocha, porém, não foi unânime. PT e PCdoB manifestaram apoio a um voto em separado apresentado pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA), que propunha a autorização de um valor menor do que o governo havia pedido: R\$ 146,7 bilhões, em vez dos R\$ 248,9 bilhões.

Agora, a expectativa é de que o projeto de lei seja analisado ainda na tarde desta terça em uma sessão conjunta do Congresso Nacional.

Antes, porém, os parlamentares precisarão terminar de analisar no plenário os vetos presidenciais que trancam a pauta do plenário para só então votarem o projeto de crédito.

No sábado (8), o presidente Jair Bolsonaro afirmou que terá de suspender, a partir do dia 25 de junho, o pagamento de benefícios a idosos e pessoas com deficiência caso o Congresso não aprove o projeto que libera crédito extra.

Bolsonaro fez a afirmação em uma rede social e acrescentou que, se a proposta não for aprovada pelos parlamentares, outros programas podem ficar sem recursos nos próximos meses.

Ele citou o Bolsa Família, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra. "Acredito na costumeira responsabilidade e patriotismo dos deputados e senadores na aprovação urgente da matéria", afirmou Bolsonaro.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Presidente da CAPES recebe reconhecimento do Ministério da Defesa

Anderson Correia, presidente da **CAPES**, recebeu a **Ordem do Mérito da Defesa**, durante a solenidade em comemoração aos 20 anos de criação do Ministério da Defesa, nesta segunda-feira, 10.

A condecoração premia as personalidades civis e militares, brasileiras ou estrangeiras, que prestaram relevantes serviços ao Ministério da Defesa ou às Forças Armadas do Brasil e militares que se destacaram no exercício da profissão. O reconhecimento foi criado pelo Decreto nº 4.263, de 10 de junho de 2002.

A missão do Ministério da Defesa, conforme explicou o ministro Fernando Azevedo e Silva, chanceler da Ordem concedida, “consiste em preparar as forças armadas, mantendo-as em permanente estado de prontidão, para serem empregadas na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais, da Lei e da Ordem”.

MG 1334

Durante a cerimônia, Jair Bolsonaro, Presidente da República, chegou acompanhado de seu vice-presidente General Hamilton Mourão e por Dias Toffoli, ministro presidente do Supremo Tribunal Federal. Participaram da solenidade autoridades federais do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de familiares e convidados.

Entre os condecorados, estão membros dos comandos da Tropa de Desembarque (Marinha), Militar do Norte (Exército), Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (Aeronáutica) e personalidades civis e militares.

(Brasília – Redação CCS/CAPES)

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

AGU quer derrubar liminar que sustou bloqueio de verbas de universidades federais

A Advocacia-Geral (AGU) da União apresentou ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) um pedido para suspender a liminar que barrou os contingenciamentos orçamentários do Ministério da Educação sobre as verbas destinadas às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre.

A decisão foi tomada na sexta-feira, 7, pela juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, da Bahia, que analisou oito ações, uma delas movida pela chapa Aliança pela Liberdade, que comanda o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

A magistrada apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, "implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social".

Segundo a Advocacia-Geral, "o direito à educação deve ser exercido em conformidade com as regras orçamentárias e que não cabe ao Poder Judiciário substituir o administrador público na definição de como as políticas públicas serão executadas".

Na avaliação do órgão, a tutela de urgência concedida pelo juízo federal da Bahia "ignora a sistemática das normas orçamentárias", causando "grave lesão à ordem

pública por um duplo fundamento".

Trecho do documento indica que a decisão "desconsidera o planejamento orçamentário do Poder Executivo Federal, subvertendo por completo a legislação aplicável" e assim acaba interferindo em um campo que "não é próprio da função jurisdicional típica, o que viola a Separação de Poderes"

De acordo com a AGU, o bloqueio foi feito para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina que "o poder público deve limitar a movimentação financeira sempre que a arrecadação não for compatível com as metas de resultado primário ou nominal".

A "necessidade de contingenciamento de R\$ 29,6 bilhões do Poder Executivo Federal", apontada pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre, é destacada pelo órgão no documento. A Advocacia-Geral da União indica ainda que Decreto nº 9.741/19 afetou todos os ministérios.

A AGU argumenta "que suspender os bloqueios apenas para as universidades obrigará o Ministério da Educação a repassar R\$ 1,7 bilhão para as instituições de ensino", verba que "terá que ser retirada de outras áreas fundamentais, como a educação básica, livros didáticos ou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)".

No pedido, o órgão faz uma comparação entre os valores destinados pelo MEC à educação superior e à educação básica, indicando que o orçamento da primeira é "bem maior" do que o da segunda. "(...) O orçamento total do MEC é na ordem de R\$ 149,7 bilhões e, desse montante, o ensino superior é responsável por R\$ 65,3 bilhões, enquanto o valor correspondente à Educação Básica é R\$ 42,2 bilhões", diz o documento.

Recomposição de verbas

A AGU avalia que "o contingenciamento não significa anulação da verba" indicando que os recursos poderão ser gradativamente desbloqueados para repasse de acordo com a evolução da receita. O órgão indica ainda que uma recomposição já ocorreu com a edição do Decreto nº 9.809/19, "que recompôs parcialmente os limites de movimentação financeira do Ministério da Educação no montante de R\$ 1,58 bilhão".

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Inscrições para bolsas do Prouni começam nesta terça-feira

Os participantes podem escolher até duas opções de curso

Começam nesta terça-feira (11) as inscrições do Programa Universidade para Todos (ProUni). Ao todo, serão ofertadas, para o segundo semestre deste ano, 169.226 bolsas de estudos em instituições particulares de ensino superior, sendo 68.087 bolsas integrais e 101.139 parciais. O prazo para participar da seleção vai até 14 de junho. A inscrição deverá ser feita pela internet, no site do Prouni.

Os participantes podem escolher até duas opções de curso. Durante o período de inscrição, o candidato pode alterar as opções. Será considerada válida a última inscrição confirmada.

As bolsas de estudo ofertadas pelo ProUni são parciais, de 50% do valor da

mensalidade, e integrais, de 100%. As bolsas integrais são destinadas a estudantes com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo. Já as bolsas parciais contemplaram os candidatos que têm renda familiar bruta per capita de até 3 salários mínimos.

Podem se inscrever candidatos que não tenham diploma de curso superior e que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018. Além disso, os estudantes precisam ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituição privada como bolsista integral.

É preciso ter obtido ainda uma nota mínima de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas do exame e, depois, dividindo por cinco. Outra exigência é a de que o aluno não tenha tirado zero na redação.

Também podem participar do programa estudantes com deficiência e professores da rede pública.

Nota de corte

Diariamente o sistema do Prouni calcula a nota de corte, que é a menor nota para ficar entre os potencialmente pré-selecionados de cada curso, com base no número de bolsas disponíveis e no total de candidatos inscritos no curso, por modalidade de concorrência.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a nota de corte é apenas uma referência para auxiliar o candidato no monitoramento da inscrição. Ela não é garantia de pré-seleção para a bolsa ofertada. O sistema do Prouni não faz o cálculo em tempo real. A nota de corte é modificada de acordo com a nota dos inscritos.

Calendário

A divulgação do resultado da primeira chamada está prevista para 18 de junho. Já a segunda chamada será no dia 2 de julho.

O candidato pré-selecionado deverá comparecer à respectiva instituição de ensino superior para comprovação das informações no período de 18 a 25 de junho, caso tenha sido selecionado na primeira chamada, e de 2 a 8 de julho na segunda.

O prazo para participar da lista de espera é de 15 a 16 de julho. A lista fica disponível no site para consulta pelas instituições no dia 18 de julho.

[topo](#)

O DIA - PI - EM DIA

Avaliação

442 escolas do Piauí foram selecionadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para realizar a prova treino do Sistema de Avaliação da Educação Básica. Os alunos farão prova de Português e Matemática e serão avaliados em Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

[topo](#)

JI NEWS - TEMPO REAL

Unesc lança 10ª Semana de Ciência e Tecnologia nesta terça-feira
Içara (SC)

A Universidade receberá a diretora de Avaliação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, Sônia Nair Bão, nesta terça-feira (11/6), para o lançamento da décima edição da SCT (Semana de Ciência e Tecnologia). Sônia virá para Santa Catarina exclusivamente para o evento na Unesc. Nele, a professora doutora vai falar sobre “O Futuro da Pós-Graduação no Brasil”, em uma palestra aberta ao público em geral.

O lançamento da SCT ocorrerá às 19 horas, no Auditório Ruy Hülse. Antes do evento, a diretora de Avaliação da **Capes** irá se reunir com representantes dos PPGs (Programas de Pós-Graduação) e a Reitoria da Unesc, além de gestores de outras universidades comunitárias.

Graduada em Ciências Biológicas (Licenciatura), Sônia possui mestrado em Biologia Celular e Estrutural e doutorado em Ciências Biológicas (Biofísica). Realizou pós-doutorado na Universidade de Siena, na Itália. Atualmente, é professora titular da UnB (Universidade de Brasília), membro do Conselho Superior da **Capes** e diretora de Avaliação. Possui colaborações técnico-científicas com instituições nacionais e internacionais e já foi vice-reitoria da UnB, membro do comitê da área interdisciplinar da **Capes** e do comitê da área de morfologia do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

A reitora, Luciane Bisognin Ceretta, afirma que a SCT é o maior evento institucional da Unesc, que reúne os trabalhos de ensino, de pesquisa e de extensão e envolve todas as dimensões da Universidade. “A participação da diretora de Avaliação da **Capes** no lançamento da Semana é uma grande oportunidade para que todos estejam presentes e possam ouvir quais os destinos e as perspectivas da pós-graduação brasileira para os próximos anos, pela voz de quem está por dentro do sistema e de quem constrói todos os dias o sistema de avaliação no país, sempre relacionado com os indicadores internacionais. Esperamos que a comunidade interna se faça presente, questione e elucide dúvidas que por ventura tenha sobre a pós-graduação e a pesquisa no Brasil”.

O diretor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade, Oscar Montedo, explica que a **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação, é responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no país, regulamentando, fiscalizando e avaliando os programas de pós-graduação em busca da excelência na formação de recursos humanos qualificados. “Por isto só, já se justifica a vinda de um representante da **Capes** para que nossos professores, alunos e coordenações de programas possam discutir o futuro da pós-graduação no Brasil. Um dos pontos mais importantes neste momento é a compreensão do novo modelo de avaliação dos PPGs e seu impacto no desenvolvimento da pós-graduação na nossa instituição. Estamos muito animados com a possibilidade de discutir esses e outros temas diretamente com a professora Sônia”.

O lançamento da SCT tem o apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) Santa Catarina.

Edição de 2019 aborda a Bioeconomia

O tema da SCT da Unesc está sempre alinhado ao da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Em 2019, as atividades realizadas de 21 a 25 de outubro na Universidade irão ser norteadas pelo tema central “Bioeconomia: Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável”.

“A Semana de Ciência e Tecnologia é o principal evento científico-acadêmico da nossa instituição, já que envolve toda a comunidade acadêmica em torno de temas relacionados ao ensino, à extensão e, obviamente, à pesquisa científica e tecnológica e, também, à inovação. É uma Semana repleta de atividades acadêmicas, em que a comemoração da ciência ganha vida, por meio da integração entre todas as áreas de conhecimento da Universidade e de outras instituições de ensino superior”, afirma Montedo.

Segundo Merisandra Côrtes de Mattos Garcia, coordenadora da SCT, o evento é uma oportunidade para estimular a iniciação científica e tecnológica como forma de construir e aplicar o conhecimento adquirido em diferentes espaços, dentro e fora da Universidade. “Ao divulgar os resultados das pesquisas, das ações de extensão e das experiências de ensino, minimizamos a distância entre os conhecimentos produzidos e a aplicação destes para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Eventos como a Semana de Ciência e Tecnologia promovem a apropriação social dos conhecimentos científicos, tecnológicos e das inovações relacionadas à temática do evento”, comenta.

A décima edição da SCT contará com palestras, minicursos, oficinas, workshops e os eventos: 19º Seminário de Iniciação Científica; 11º Salão de Extensão; 9º Salão de Ensino; 5º Salão de Pós-graduação; 6ª Feira de Inovação; 6º Talento Musical; 5ª Feira de Ciências; 4º Bootcamp; 4º Workshop de Arqueologia; 2º Ciclo de Palestras do Museu de Zoologia; 1º Seminário de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade Urbana; e Jornada Empreendedora.

A programação também compreende atrações culturais, apresentações de trabalhos (orais e pôsteres) de iniciação científica, de extensão e de relatos de ensino ou experiência resultantes das atividades da Unesc e de outras instituições. As atividades vão ocorrer em diversos espaços do campus, como, por exemplo, nos blocos Administrativo e XXI e auditórios Ruy Hülse e Edson Rodrigues. Os interessados em apresentar seus trabalhos de pesquisa, de extensão e de relatos de ensino ou experiência, poderão submetê-los para avaliação a partir desta terça-feira (11/6).

topo ↕

JORNAL BOA VISTA - TEMPO REAL

Seminário internacional na UFFS discute inclusão e permanência nas universidades

Pesquisadores de diferentes países apresentam estudos para a definição de novas metas sobre ações afirmativas de inclusão e permanência nas Instituições de Ensino Superior

Pesquisadores de Brasil, Argentina e Portugal estão reunidos nesta semana na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim para um seminário internacional, sobre inclusão de indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, imigrantes e setores populares nas universidades. O evento, que iniciou hoje (10) pela manhã e segue até quinta-feira, servirá também para a definição de novas metas para ações afirmativas de inclusão e permanência nas Instituições de Ensino Superior (IES).

O seminário é fruto do projeto “Centro de Formação de Professores – Estudos sobre interculturalidade na universidade”, da UFFS, que conta com a parceria da Universidad Nacional de Misiones (UNaM) e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). O projeto recebeu recursos da **CAPES** através do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento.

Serão apresentados os resultados de estudos realizados por diferentes universidades do Brasil e do exterior, referentes aos avanços conquistados pelos vários países em relação às políticas de inclusão de grupos historicamente excluídos do Ensino Superior. A programação inclui o lançamento de dois livros, com organização de pesquisadores como a professora Adriana Loss, da UFFS.

Hoje pela manhã, na abertura da programação, o reitor da UFFS, Jaime Giolo, destacou a temática do evento. Salientou que o Brasil “vive um momento muito doloroso, com objetivos destrutivos na política e na educação”, e mencionou também o protagonismo das universidades com relação à inclusão.

– A questão da inclusão surgiu a partir do marco legal da Constituição de 1988. Durante este tempo tivemos muitas iniciativas, nas quais as universidades públicas tiveram papel decisivo para sua criação – disse Giolo. Segundo o reitor, a inclusão social é um dos pilares de criação da UFFS.

Para a coordenadora acadêmica do Campus Erechim, Juçara Spinelli, o seminário internacional se constitui como uma frente de trabalho e resistência diante do “desmonte sofrido pelas universidades públicas brasileiras”. Sobre o evento, também destacou que “um projeto desta magnitude reforça os laços interinstitucionais e auxilia no processo de internacionalização da UFFS”.

Uma das principais responsáveis pelo projeto, a professora Adriana Loss explicou, na abertura, que as ações foram iniciadas em 2015, com a realização de pesquisas com instituições como a UNaM, Unioeste, além da Universidade de Passo Fundo (UPF) e o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

– Em todo este tempo desenvolvemos pesquisas bibliográficas e de campo que procuraram ouvir as vozes ausentes do nosso país, no caso do Ensino Superior. Nos voltamos aos estudantes que conseguiram acessar as universidades mas que, em virtude de suas condições sociais, não conseguem permanecer nelas. Essas investigações têm como intuito pontuar quais são realmente os desafios que cabem a essas universidades para garantir a permanência. Conseguimos trazer os estudantes das escolas públicas, mas agora, o que vamos fazer?

Após a abertura houve o lançamento de dois livros, frutos do projeto e com a participação de diversos autores. Os debates realizados ao longo da semana ainda resultarão em uma nova obra, que será lançada na Argentina em um próximo evento, marcado para 2020.

Ainda de manhã, a primeira palestrante foi a antropóloga social Ana Gorosito Kramer (UNaM), que falou sobre a questão indígena.

CLIPPING



Um dos destaques do evento será a presença, na quinta-feira, de Zoia Prestes, filha de Luís Carlos Prestes. Ela fará o lançamento de seu livro “Vygotsky: Imaginação e criação na infância” e também ministrará uma palestra.

A programação do evento é aberta para toda a comunidade acadêmica. O seminário internacional também está sendo transmitido pelo Facebook, através da página UFFS Ao Vivo: www.facebook.com/uffsaovivo

UFFS ao vivo – Home | Facebook

UFFS ao vivo. 1,209 likes. Essa é uma página dedicada à transmissão de lives dos eventos realizados na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A...
www.facebook.com

Programação

10 de junho

19h30 – Palestra “Inclusão no Ensino Superior”, com Pablo Daniel Vain (UNaM – Posadas/Argentina).

11 de junho

9h às 11h30 – Apresentação dos resultados das investigações do grupo de investigadores da Argentina. Coordenação da mesa: Pablo Daniel Vain.

13h30 às 17h – Apresentação dos resultados das investigações do grupo de investigadores do Brasil (UPF / Unioeste / UFFS). Coordenação da mesa: UPF, Unioeste e UFFS.

19h – Painel “As vozes dos sujeitos: indígenas, haitianos, camponeses (UFFS) e deficientes (Unioeste)” – Relato dos bolsistas de intercâmbio. Coordenação: Solange Todero Von Onçay (UFFS).

12 de junho

9h às 11h30 – Apresentação dos resultados das investigações do grupo de investigadores do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

13h30 às 16h – Análise da prof. Ana Gorosito Kramer (UNaM – Posadas/Argentina) das investigações e apresentações realizadas.

16h30 às 19h – Discussão e avaliação dos resultados; definição de metas para ações afirmativas de inclusão e permanência nas IES.

20h – Jantar de confraternização (por adesão).

13 de junho

19h – Lançamento do livro “Vygotsky: Imaginação e criação na infância” e palestra com Zoia Prestes (UFF).

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Novos diretores da Coppe darão ênfase à sustentabilidade

Os professores Romildo Toledo e Suzana Kahn Ribeiro, defendendo a Chapa 2, foram os vencedores da eleição para os cargos de diretor e vice-diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), para o período 2019/2023. Eles obtiveram 878 votos de professores, alunos, pesquisadores de pós-doutorado e funcionários da Coppe, que é considerada a maior instituição de ensino e pesquisa da América Latina.

A Chapa 1, que obteve 593 votos, era defendida pelos professores José Carlos Pinto e Theodoro Antoun Netto. No dia de 18 de junho, o Conselho Deliberativo da Coppe vai elaborar a lista tríplice que será encaminhada à reitoria da UFRJ para confirmação.

A Coppe tem 131 laboratórios e já formou 16.897 mestres e doutores, tendo feito mais de 15 mil estudos e pesquisas tecnológicas, a partir de contratos firmados com empresas e órgãos governamentais. O instituto é composto por 13 programas de pós-graduação em engenharia e reúne 346 professores, 2.500 alunos de mestrado e doutorado e cerca de 700 técnicos administrativos.

Com 56 anos de existência, a Coppe é destaque entre as instituições de pós-graduação do país e do mundo. Setenta e seis por cento de seus cursos de mestrado e doutorado foram avaliados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** do Ministério da Educação com conceitos de excelência internacional.

Currículo

Membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Romildo Toledo é atualmente coordenador do Núcleo de Materiais e Tecnologias Sustentáveis (Numats) e da área de materiais do Laboratório de Estruturas e Materiais (Labest) da Coppe. É também coordenador executivo do Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas e Energias Renováveis, resultado de parceria entre a Coppe e a Universidade de Tsinghua, sediada em Pequim. É, ainda, membro do INBAR Bamboo Construction Task Force e presidente da Associação Brasileira de Materiais e Tecnologias não Convencionais.

Suzana Kahn Ribeiro é mestre em planejamento energético e doutora em engenharia de produção e tem como linha de pesquisa o planejamento e a organização do sistema de transporte, com foco em mobilidade sustentável, energia renovável, mudança climática e cidades e meio ambiente. É também coordenadora executiva do Fundo Verde da UFRJ e presidente do Comitê Científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, além de membro dos conselhos do Plano Diretor da UFRJ e do Museu do Amanhã, e consultora ad hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Metade das bolsas integrais do ProUni é em cursos a distância

Na segunda edição deste ano, pouco mais da metade das bolsas integrais em instituições particulares de ensino, ou seja, bolsas que cobrem 100% da mensalidade, ofertadas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) será em cursos a distância, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Hoje (10) a pasta anunciou a abertura de consulta de vagas no sistema. As inscrições começam amanhã (11).

Ao todo, serão ofertadas 68.087 bolsas integrais para o segundo semestre deste ano. Dessas, 34.903 são em cursos a distância. Em segundo lugar em número de bolsas integrais estão os cursos presenciais noturnos, com 21.477 bolsas de 100%. Os presenciais matutinos ofertarão 9.443 dessas bolsas; os presenciais integrais, 1.320; e os presenciais vespertinos, 944.

De acordo com o diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do MEC, a oferta no ProUni em cursos a distância acompanha o crescimento da modalidade. “A lei estabelece a oferta de bolsas nos cursos que [a universidade] oferece, então, se ela for aumentando a oferta de cursos a distância, naturalmente a gente vai ter um aumento na oferta de bolsas”, diz.

De acordo com dados do último Censo da Educação Superior, de 2017, um em cada cinco estudantes matriculados no ensino superior estuda a distância. Enquanto o ensino presencial apresentou queda nas matrículas, a educação a distância (EaD) registrou o maior salto desde 2008. A maior parte desses estudantes está matriculada em instituições de ensino privadas, com 90,6% das matrículas.

Além das bolsas integrais, serão ofertadas na segunda edição de 2019, 6.860 bolsas parciais, ou seja, que cobrem 50% das mensalidades, em cursos a distância. Entre as bolsas parciais, a maior oferta é em cursos presenciais. Do total de 101.139 bolsas parciais, 94.279 serão ofertadas em cursos presenciais.

Preço e desempenho

Os cursos a distância são geralmente mais baratos que os presenciais. De acordo com balanço divulgado pelo Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior do Brasil, este ano, a mensalidade média em cursos presenciais no Brasil é R\$ 1.231 em instituições privadas. Já a mensalidade média dos cursos EaD é R\$ 444.

Esses cursos também apresentaram, de acordo com os últimos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2017, desempenho pior que os presenciais. Enquanto 6,1% dos cursos presenciais obtiveram o maior Conceito Enade, 2,4% dos cursos a distância obtiveram a avaliação máxima. O chamado Conceito Enade é calculado com base no desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

O secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, defende que o EaD é uma modalidade permitida pela legislação e tem a sua forma de ser avaliada. “Hoje, a gente não pode desprezar uma tecnologia que está disponível e é utilizada pelo mundo todo. Não cabe aqui a gente dizer se é melhor ou pior. Existe sua avaliação própria”.

De acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Solon Caldas, o EaD é uma tendência mundial. “É uma realidade que as instituições de ensino e os alunos estão vivenciando no ensino superior. Por conta da flexibilidade, o aluno pode acessar [as aulas] a qualquer momento, em qualquer lugar e, inclusive, compatibilizar com o trabalho que ele já tem no mercado. Ele está aliando as duas coisas. Pode continuar trabalhando e ter uma formação de educação superior que inclusive vai proporcionar para ele um ganho salarial”, diz.

Calendário ProUni

O prazo para participar da seleção vai até 14 de junho. A inscrição deverá ser feita pela internet, no site do Prouni.

A divulgação do resultado da primeira chamada está prevista para 18 de junho. Já a segunda chamada será no dia 2 de julho.

O candidato pré-selecionado deverá comparecer à respectiva instituição de ensino superior para comprovação das informações no período de 18 a 25 de junho, caso tenha sido selecionado na primeira chamada, e de 2 a 8 de julho, na segunda.

A lista de espera, caso as vagas não sejam ocupadas, fica disponível no site para consulta pelas instituições de ensino no dia 18 de julho.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

ProUni terá 169 mil bolsas no 2º semestre, 25% em cursos a distância
Inscrições começam nesta terça-feira, 11; Podem se inscrever participantes da última edição do Enem

SÃO PAULO - O Programa Universidade para Todos (ProUni) irá ofertar 169.226 bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para o segundo semestre deste ano. As inscrições no site começam nesta terça-feira, 11, e vão até sexta-feira, 14.

Um quarto das vagas oferecidas - 41.763 - é em cursos de graduação a distância. As informações foram divulgadas nesta segunda-feira, 10, pelo Ministério da Educação.

Reprodução site Prouni

O programa tem bolsas integrais e parciais (ou seja desconto de metade do valor da mensalidade) para cursos presenciais e a distância. No entanto, as bolsas integrais estão concentradas nos cursos a distância - 68.087 bolsas integrais, 34.903 (51%) são nessa modalidade.

Segundo Antonio Paulo Vogel, secretário-executivo, a oferta de bolsas é definida por opção das universidades particulares, mas também deve seguir critérios do programa - um deles é que a oferta de bolsas deve ser em todos os cursos ofertados pela instituição. "O EAD (ensino a distância) é permitido pela legislação e tem sua forma de ser avaliada. A gente não pode desprezar a tecnologia que está disponível no mundo todo. Não cabe a nós dizer aqui se é melhor ou pior, existe avaliação para isso", disse.

Cursos a distância tem custo consideravelmente menor do que os presenciais.

Inscrições

Podem se inscrever participantes da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que tiveram nota mínima média de 450 pontos e não terem zerado na redação. Também é necessário comprovar baixa renda. Para concorrer a bolsas integrais, os candidatos precisam ter renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. As parciais são reservadas para quem têm renda de até três salários mínimos por pessoa.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

ProUni abre inscrições com 169 mil bolsas, 25% na modalidade a distância

Mais da metade das bolsas integrais estão em cursos não presenciais

Brasília

As inscrições para o ProUni (Programa Universidade para Todos) do segundo semestre de 2019 abrem nesta terça-feira (11) com a oferta de 169.226 bolsas em instituições privadas de ensino superior. Um quarto das vagas oferecidas é na modalidade a distância.

O programa tem bolsas integrais e parciais (de 50%). A oferta ocorre nas modalidades presenciais e a distância, essa última com maior concentração nos benefícios integrais.

Das 68.087 bolsas integrais, 51% são na modalidade a distância. Para as 68.087 bolsas parciais, apenas 7% são a distância.

Pelo ProUni, estudantes conseguem bolsas de estudos do governo federal em faculdades e universidades privadas. As instituições reservam para o programa um percentual fixo de cursos, divididos por carreiras e modalidades, em troca de isenção fiscal.

Os números foram divulgados nesta segunda-feira (10) pelo MEC (Ministério da Educação). Segundo dirigentes da pasta, o percentual de bolsas nas modalidades a distância seria reflexo da grande oferta em cursos a distância por parte das instituições.

"O EAD [educação a distância] é permitida pela legislação e tem sua forma de ser avaliada. Hoje a gente não pode desprezar a tecnologia que está disponível no mundo todo. Não cabe aqui a gente dizer se é melhor ou pior, existe a avaliação", disse o secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, em entrevista coletiva nesta segunda. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, não estava presente.

Podem se inscrever participantes da última edição do exame que tiveram nota mínima média de 450 pontos e não terem zerado na redação. Também é necessário comprovar baixa renda.

Para concorrer a bolsas integrais, os candidatos precisam ter renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. As parciais são reservadas para quem têm renda de até três salários mínimos por pessoa.

O total de 169.226 bolsas é dividido em 33.830 cursos em 1.100 instituições privadas de ensino superior. Os cursos com mais vagas neste semestre são os de administração (17.004), pedagogia (13,387) e ciências contábeis (10.817).

As inscrições do ProUni vão até as 23h59 do dia 14 de junho de 2019. O resultado da primeira chamada sai no dia 18 de junho.

Sisu

Nesta segunda, o MEC também divulgou a primeira chamada do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que seleciona alunos para instituições públicas de ensino. O sistema registrou neste segundo semestre 640 mil inscritos, 25,9% superior ao mesmo período de 2018.

O Sisu também é voltado para quem fez o Enem. A maior nota de corte foi registrada no curso de direito da UFF (Universidade Federal Fluminense), campus Aterrado, na

modalidade de ampla concorrência. A nota média do último aluno aprovado foi 838,68.

Já a segunda maior nota de corte ocorreu na modalidade de cotas, com 837,5 pontos no curso de engenharia química da UFPB (Universidade Federal da Paraíba).

topo ↕

A TARDE ON LINE - TEMPO REAL

Sidarta Ribeiro : "Parece que hackearam o cérebro do brasileiro"

<http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/2066167-sidarta-ribeiro-parece-que-hackearam-o-cerebro-do-brasileiro>

No final de abril, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou um contingenciamento de 30% dos recursos destinados às universidades federais do Brasil. No começo, a justificativa era que algumas delas, como a Universidade Federal da Bahia, não apresentava bons resultados acadêmicos e promovia “balbúrdia” nos campi. Daí em diante, o jeito como cada universidade gasta o dinheiro que recebe entrou em debate. O neurocientista brasileiro Sidarta Ribeiro, professor e vice-presidente do Instituto do Cérebro, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, veio a Salvador para discutir o significado de “autonomia universitária”, termo tão questionado nas últimas semanas. A conversa foi promovida pelo projeto Polêmicas Contemporâneas, organizado pelo professor Nelson Pretto. No instituto, Sidarta, membro da Academia de Ciências da América Latina e diretor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, estuda principalmente o sonho, o sono, a memória e a comunicação animal. Teme que, com os cortes das bolsas de pesquisa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o instituto pare de funcionar. “A Capes não tem mais bolsas, estão cortando as bolsas. Eu tenho no meu laboratório vários alunos sem bolsa, às vezes tenho que pagar do meu salário. É um drama, é humilhante, isso está deprimindo as pessoas, as pessoas estão indo embora do país, estão abandonando essa carreira”. À Muito, ele fala sobre os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil, o papel das universidades na produção de conhecimento e a qualidade das pesquisas feitas no país.

Ultimamente temos visto muitas discussões sobre autonomia universitária. O que é autonomia universitária?

Autonomia universitária é um fundamento da prática universitária. As universidades têm mais de mil anos, elas tiraram a gente da Idade Média, e isso foi muito importante para começar a concentrar conhecimento e permitir um debate livre. Quando a universidade não tem autonomia no seu orçamento, quando ela não tem autonomia na sua gestão, quando ela não tem autonomia para fazer os seus debates – e na universidade estão todos os pontos de vista, ela é universal –, aí ela deixa de ser universidade. E é o que está acontecendo agora e é muito preocupante. Nós nunca tivemos no Brasil um governo que, de fato, tratasse a educação como uma coisa não apenas desimportante, mas como o inimigo. Mesmo nos governos militares houve investimento nas estruturas universitárias, com vários problemas e distorções por ser ditadura, mas houve investimento. A Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], por exemplo, a Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] são instituições de pesquisa ou de apoio à pesquisa importantes criadas nesse período.

Quais são os riscos?

Os riscos são os maiores possíveis, porque 95% da produção científica do país vem das

universidades públicas federais e algumas estaduais também. A gente está num momento de uma anomia, porque as pessoas estão conseguindo ir para a rua arrancar faixas a favor da educação pública [Sidarta se refere aos atos do dia 26 de maio, em Curitiba, em que manifestantes retiraram uma faixa escrito “a favor da educação” dos muros da Universidade Federal do Paraná]. Essa é uma situação em que parece que hackearam o cérebro do brasileiro. Na verdade, eu acredito que isso aconteceu, de fato. Na minha opinião, aconteceu a partir da descoberta do pré-sal: houve uma decisão internacional de que o Brasil não podia virar uma potência e começaram a solapar a nossa união. A gente está em conflito permanente. E agora as pessoas estão começando a defender bandeiras que são absolutamente absurdas, que ninguém nunca defendeu. Educação não é uma bandeira de esquerda ou de direita, é uma bandeira pátria. Quem é contra a educação está cometendo um crime de lesa-pátria. E, infelizmente, hoje esse é o caso do ministro da Educação e do próprio presidente da República.

Como funciona a autonomia universitária, na prática? Há limites?

As universidades são autogestionadas, então, esses limites são dados pela própria comunidade. Tem todo um sistema de ouvidorias, conselhos de ensino e pesquisa, o conselho universitário, que é um conselho maior, que fazem a gestão de todo tipo de conflito ou dissenso que possa haver. A universidade é um local onde o dissenso acontece de maneira sistemática, onde a gente exercita a dúvida, exercita a diferença. Então, não faz sentido tirar da universidade esse papel que é de resguardar a liberdade de pensamento.

"

Nunca tivemos no Brasil um governo que, de fato, tratasse a educação como uma coisa não apenas desimportante, mas como o inimigo

Sidarta Ribeiro

Quando o ministro Abraham Weintraub anunciou o contingenciamento nas universidades e institutos federais, defendeu que destinamos muitos recursos ao ensino superior, como se fosse algo exagerado, principalmente quando comparamos com a educação básica. Você, como alguém que está dentro da universidade, acha que os recursos podem não estar sendo bem utilizados? Há alguma razão na fala do ministro?

Não tem nada de exagero, basta comparar com outros países. A gente está no limite, a gente já cortou os terceirizados, já está no limite de todo tipo de atividade, fazendo bancas por Skype. A universidade está no seu limite. O problema é que, no Brasil, o governo age apenas para concentrar riqueza, para dar dinheiro para quem já tem dinheiro e que, evidentemente, não tem qualquer apreço pela universidade. Essa discussão sobre ensino básico versus universidade é a mesma coisa que você falar: “Eu não vou vacinar o meu filho porque quero alimentá-lo”. São coisas complementares, elas não podem ser vistas uma contra a outra. Então, a gente tem que pensar o seguinte: para onde está indo o dinheiro do Brasil? Para pagar juros, pagar banqueiros, cancelar ou perdoar dívidas de latifundiários que, na verdade, estão destruindo a floresta para aumentar os seus lucros? A gente tem um problema que é de projeto de país. Infelizmente, na eleição passada, não foi possível se fazer uma discussão de projeto de país. O presidente Bolsonaro nem ao menos compareceu aos debates. Ele foi eleito com

um cheque em branco e o que ele está fazendo é vender o país na feira, na xepa. Estão esqueteando o país e entregando ele de graça para os grandes grupos. Isso não é de interesse do povo brasileiro.

Mas, de fato, existe uma crítica recorrente de que se investe muito no ensino superior e pouco no básico. Acha que é algo que precisa ser repensado?

O que tem que ser feito é aumentar o investimento em educação como um todo. Tem que aumentar muito o investimento da educação básica. Inclusive, eu sou a favor de federalizar. E é uma falácia, porque atualmente essa educação está na mão de municípios e estados. O ministro da Educação, na verdade, está fazendo uma cortina de fumaça porque isso nem é uma atribuição direta dele.

E os cortes também atingiram institutos e escolas federais, que também têm ensino médio.

Exato. E é como se eles estivessem aumentando esses recursos para a educação básica, mas não estão, estão também cortando. Quanto que ganha um professor? Quanto que ganha um ministro? De quanto é a diferença? Quem é mais importante para o país? Eu sou a favor de a gente federalizar, sim, ensinos fundamental e médio, e de equiparar os salários aos salários dos professores universitários, mas jamais fazer o contrário. O que eles estão propondo é nivelar por baixo. Isso é um processo de desmonte do país. Nós estamos sendo hackeados por pessoas que não têm compromisso com a nação. Não é nem que a gente está no trilho errado, a gente está fora do trilho.

Ainda sobre o contingenciamento de gastos. Caso não seja revertido, as pesquisas vão parar?

As pesquisas vão parar, o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] está sem dinheiro. A **Capes** não tem mais bolsas, estão cortando as bolsas. Eu tenho no meu laboratório vários alunos sem bolsa, às vezes tenho que pagar do meu salário. É um drama, é humilhante, isso está deprimindo as pessoas, as pessoas estão indo embora do país, estão abandonando essa carreira. O investimento em ciência e tecnologia precisa ser sustentado e aumentado continuamente para um país poder se desenvolver. Se você olha para a Alemanha, se você olha para Israel, se você olha para o Japão, se você olha para os Estados Unidos, é isso o que esses países fazem. E o Brasil fez isso. Até 2010, mais ou menos, a gente tinha um orçamento crescente para ciência e tecnologia. E o país foi se expandindo, foi conquistando novas fronteiras, foi gerando um ganho de produtividade notável. Mas a partir de 2010 começou essa lógica de que a gente precisa – ainda num governo de esquerda – de alguma maneira cortar dessas áreas. Na época, isso não ficou tão evidente porque houve investimentos, por exemplo, no programa Ciência sem Fronteiras, mas isso aconteceu às expensas de outros programas do CNPq, e depois da queda de Dilma [presidente do Brasil na época, impedida em 2016] isso só piorou. No governo Temer [2016-2018] isso foi um desastre, e agora é pior ainda. Quando você propõe fazer um corte em uma coisa que já foi cortada, o que você vai promover são danos reais, você vai promover a perda do investimento que já foi feito. Investimento em ciência e tecnologia não pode ter lapsos, não pode ter intervalos, precisa ser sustentado. É uma falta de responsabilidade muito grande com o país. O ministro Marcos Pontes [ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações] tem feito bons esforços nessa direção, é um ministro que se

preocupa com a área, claramente, mas isso não adianta num contexto maior em que o desprestígio da ciência é evidente.

Você trouxe esse dado de que 95% das pesquisas do país vem das universidades federais. Você acha que isso poderia ser mais equilibrado, poderíamos ter mais investimentos privados, como acontece em outros países?

Sim e não. Claro que seria muito bom se as universidades privadas investissem um pouco mais. Alguns centros privados fazem algumas coisas nesse sentido, mas não são maioria.

Então, o que as universidades privadas fazem?

O que muitas delas fazem é vender diploma. É fazer um curso de baixa qualidade, tratam os professores muito mal, pagam muito mal, e o aluno faz das tripas coração para poder pagar a mensalidade e extrair o diploma no final. Não o conhecimento, mas o diploma. Agora, se você olhar, por exemplo, para os Estados Unidos, as grandes universidades americanas, muitas delas são privadas. Entretanto, o dinheiro da pesquisa é público, vem de agências de fomento públicas, do governo. É uma grande mentira que lá isso está a cargo do capital privado. Você vai em Harvard, vai em Yale, que são as grandes universidade privadas, e os projetos de pesquisa são feitos com dinheiro público.

E em relação às indústrias e aos laboratórios?

A indústria tem um papel importante, mas evidentemente tem o seu conflito de interesses. A indústria não está buscando conhecimento pelo conhecimento, está buscando o conhecimento que vai dar o seu lucro. Isso gera uma série de distorções. Não quero demonizar a indústria, ao contrário, ela é muito importante, e é importante que no Brasil a indústria de fato chegue mais perto da ciência. Mas também a gente não pode ignorar o fato de que as pesquisas da indústria são enviesadas, tipicamente, para os seus objetivos. Então, é fundamental que exista o poder público financiando a pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, que são do interesse da população.

"

O ministro Sérgio Moro acabou de anunciar que vai comprar mais de 100 mil armas [com custo de R\$ 444 milhões], e, ao mesmo tempo, querem cortar da universidade.

Sidarta Ribeiro

O Instituto do Cérebro é reconhecido nacional e internacionalmente. Como chegou a isso?

O Instituto do Cérebro, na verdade, é o exemplo de um Brasil que quer dar certo. Desde 1995, diversos neurocientistas brasileiros trabalhando fora do país, como eu mesmo, professor Sergio Neuenschwander, professor Cláudio Melo, nós começamos a nos organizar para um movimento de retorno ao Brasil, de reverter a evasão de cérebros, de trazer cientistas formados lá fora, em ótimos centros, para trabalhar no Brasil. E, fora do eixo Rio-São Paulo, nós criamos um instituto em Natal. Isso foi então um movimento

que envolveu vários cientistas, brasileiros e estrangeiros, e durou vários anos. Quando foi em 2003, depois que o presidente Lula venceu a eleição, nós tivemos a percepção de que aquele era um momento adequado para fazer esse retorno. E foi o que nós fizemos. Todos os professores têm formação internacional, alguns são estrangeiros. A nossa diretora atual, Kerstin Schmidt, é alemã, eu sou atualmente o vice-diretor, e nós temos compromisso com ciência do melhor nível possível. E isso tem produzido resultados importantes nas publicações e na formação de pessoal. Vários dos nossos alunos estão hoje fazendo seus pós-doutorados na Europa ou nos Estados Unidos, com recursos de lá.

Com esses cortes de bolsas, o instituto pode ser inviabilizado?

Os professores hoje estão pagando as pesquisas com dinheiro do próprio bolso. Imagina pessoas que passaram 10, 15 anos fora do Brasil, voltaram para fazer essa construção e hoje elas não sabem se podem manter os próprios laboratórios.

Como a ciência brasileira é vista mundo afora?

Nós, eu diria até 2014, estávamos construindo uma imagem muito positiva. E hoje as pessoas estão olhando para o Brasil com horror, estão vendo que o Brasil está sendo desmantelado. A solidariedade dos colegas é muito grande, e os convites para ir embora do país são frequentes. Isso é a pior coisa que pode acontecer neste país, a gente desmontar aquilo o que foi construído e entregar o país para os bárbaros, para as pessoas que estão arrancando faixas que defendem a educação. Essas pessoas precisam cair na real. Este país não tem a menor condição de se desenvolver sem educação.

Também há discussões sobre a qualidade da pesquisa no Brasil. Entre 1997 e 2017, segundo a base de dados Scimago, tivemos um aumento de 580% no número de publicações científicas. Mas, ao mesmo tempo, os trabalhos produzidos têm pouca inserção. Na área de biologia e agricultura, estávamos na 43ª posição – de trabalhos mais citados – entre os 44 países que têm pelo menos mil publicações na área. A que se deve isso?

Eu adoraria responder a essa pergunta em 2010. Porque em 2010 a gente tinha uma situação em que o investimento era robusto e a produtividade estava aumentando, mas a quantidade estava aumentando mais do que a qualidade. E isso é, de fato, um problema do Brasil, e a única forma de resolver é investir na qualidade, investir na formação, investir nos equipamentos. Por exemplo, se eu quiser publicar um artigo numa revista de mais alto nível, a barra é muito alta, mas, mesmo que seja aceito, a gente não tem dinheiro nem para poder pagar o que custa publicar nessa revista. Se a gente quer aumentar a qualidade e o impacto da ciência brasileira, isso tem que ser feito por meio de mais investimentos e por meio de direcionamento desse investimentos para a qualidade, não para a quantidade. O problema é que hoje a gente nem está discutindo mais isso. A gente está discutindo se vai ter banheiro limpo, se vai ter segurança na porta, se vai ter papel higiênico. Voltamos, na verdade, a uma discussão que a gente não via desde a época do primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso [1995-1998]. A gente está andando para trás, e rapidamente. O ministro [da Justiça e Segurança Pública] Sérgio Moro acabou de anunciar que vai comprar mais de 100 mil armas [com custo de R\$ 444 milhões], e, ao mesmo tempo, querem cortar da universidade. O que eles estão fomentando? Estão fomentando guerra civil.

topo ↗

CORREIO POPULAR – SP - TEMPO REAL

Resultado do Sisu para o 2º processo seletivo é divulgado pelo MEC

O Ministério da Educação (MEC) divulgou nesta segunda-feira, 10, o resultado das inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o segundo processo seletivo de 2019. Os candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 que estejam procurando uma vaga em uma das faculdades públicas participantes devem entrar no site do Sisu para verificar se foram selecionados.

Selecionados no Sisu 2019.2

É necessário ter em mãos o número de inscrição e a senha para verificar a aprovação em uma das 59.028 vagas ofertadas em uma das 76 instituições de ensino superior participantes. Os candidatos são selecionados de acordo com a nota do Enem, dentro do número de vagas em cada curso, por modalidade e concorrência.

Cada candidato selecionado deverá procurar a instituição de ensino para fazer a matrícula. O período para realização da matrícula vai de 12 a 17 de junho.

Nota de corte para o Sisu 2019.2

De acordo com o MEC, a nota de corte é a menor nota para ficar entre os selecionados de um determinado curso. Determinada com base no número de vagas e no total de candidatos inscritos, foi atualizada à meia-noite de cada um dos dias do período de inscrição.

Lista de espera para o Sisu 2019.2

Os não selecionados deverão acessar novamente o site do Sisu para registrar em qual das duas vagas escolhidas durante a fase de inscrição deseja participar da lista de espera. O prazo para manifestar interesse na lista de espera é de 11 a 17 de junho.

A convocação ocorre após o dia 19 de junho. Após fazer a inscrição no site do Sisu, é necessário procurar a instituição selecionada para acompanhar a convocação para matrícula.

topo ↗

G1 - TEMPO REAL

Audiência pública discute cortes e gastos na Ufes e no Ifes

Evento falou temas relacionados ao bloqueio de verbas para universidades públicas federais e institutos federais. MEC diz que tem se esforçado para realizar investimentos.

Uma audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal (MPF) na noite desta segunda-feira (10), na Universidade Federal do Espírito Santo, em Goiabeiras, Vitória, discutiu temas relacionados ao bloqueio de verbas para universidades públicas federais e institutos federais. Alunos, professores e representantes de movimentos sociais estiveram presentes no evento.

"O corte chega a quase 40% na parte que efetivamente pode haver corte, que seria na parte de custeio de manutenção, limpeza e bolsas, que são as verbas que chamamos de discricionárias", disse a procuradora da república Elisandra Oliveira Olímpio.

Para a procuradora da república, um dos objetivos da audiência foi levantar informações quanto às necessidades das instituições federais de ensino do estado.

"A partir desse diagnóstico vamos avaliar as medidas que nós podemos adotar, seja com ações na Justiça ou outras medidas que possam, no âmbito extra-judicial, tentar mudar esse quadro", pontuou Elisandra Oliveira Olímpio.

Ufes e Ifes

O reitor da Ufes, Reinaldo Centoducatte, destacou que a luta contra o contingenciamento de recursos para o sistema federal de ensino é pela defesa da autonomia universitária.

"Vamos continuar negociando, estamos abertos a negociação, vamos mostrar ao Ministério da Educação e também à equipe econômica do Governo a importância e a necessidade de que o orçamento das universidades e dos institutos federais para que eles sejam liberados para que possamos cumprir com nossas obrigações", disse o reitor.

O reitor do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), Jadir José Pela, declarou que serviços fundamentais para o funcionamento das instituições já estão sendo prejudicados.

"Principalmente na questão da vigilância, da limpeza e da manutenção, que são os itens que mais impactam no nosso orçamento, além do combustível, já estão afetados".

Alunos preocupados

O vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Miguel Intro, acredita que, além dos serviços de manutenção, o ensino nos institutos federais e universidades pode sofrer dano.

"A gente sabe que isso vai impactar na produção de ciência, de pesquisa e de tecnologia, que são fundamentais para o desenvolvimento tanto para nós estudantes, quanto para o desenvolvimento da nação", comentou.

A preocupação de Miguel Intro é a mesma da estudante de engenharia Natália Bonifácio. "Aqui na Ufes existem vários projetos. O Centro de Línguas, por exemplo, que oferece cursos de inglês, francês, espanhol, entre outros. Isso é feito por um preço mais acessível e já foram divulgadas algumas notícias de que ele pode ser impactado".

Ministério da Educação

O Ministério da Educação declarou que para não limitar ainda mais o orçamento, tem mantido diálogo constante com o Ministério da Economia.

O MEC disse ainda que o orçamento de 2019 para a área é maior do que dos anos anteriores, apesar do contingenciamento. O órgão pontua que trabalha para conseguir recursos recuperados da corrupção e que o dinheiro recuperado já está no Brasil, podendo chegar a R\$ 2,5 bilhões.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ÚLTIMAS

AGU recorre de decisão que suspendeu bloqueio em universidades

Agência Brasil

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) para tentar reverter decisão da Justiça Federal da Bahia que suspendeu o

bloqueio de verbas de universidades federais e de outras instituições públicas de ensino.

Na sexta-feira (7), a juíza Renata Almeida de Moura, da 7ª Vara Federal de Salvador, atendeu a pedido feito em oito ações populares contra o contingenciamento de verbas, que foi anunciado pelo governo federal no fim de abril. Em todos os casos, há questionamento acerca do volume de bloqueios, bem como em relação aos critérios adotados pelo MEC na distribuição dos limites orçamentários.

Na decisão, a magistrada frisa não ter havido prévio estudo técnico e minucioso, inclusive, com a participação dos representantes destas instituições, para garantir que a medida não interfira na continuidade das atividades acadêmicas.

Em resumo, não se está aqui a defender a irresponsabilidade da gestão orçamentária, uma vez que é dever do administrador público dar cumprimento às metas fiscais estabelecidas em lei, mas apenas assegurando que os limites de empenho, especialmente em áreas sensíveis e fundamentais, segundo a própria Constituição Federal, tenham por base critérios amparados em estudos que garantam a efetividade das normas constitucionais, escreveu a juíza.

Segundo o governo, foram bloqueados cerca de 30% das verbas discricionárias (não obrigatórias e que servem para pagar contas como água, energia, vigilância e limpeza), o que representa 3,4% do orçamento total das universidades.

Na decisão, a juíza cita manifestação da União reconhecendo que os bloqueios promovidos este ano são substancialmente superiores aos realizados em anos anteriores. Estes variaram de 6,4% em 2016 para 16,8% em 2017, 8,5% em 2018 e, finalmente, o percentual bem superior de 31,4% em 2019.

A AGU não disponibilizou detalhes sobre o recurso ao TRF1. Em argumentos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o mesmo assunto, entretanto, o órgão defendeu os bloqueios.

O bloqueio foi questionado no Supremo, em diferentes ações, por ao menos cinco partidos que fazem oposição ao governo: PDT, Rede, PSB, PCdoB e PV. Entre outros argumentos, as siglas alegam que o Decreto 9.741, que permitiu o contingenciamento, compromete o direito constitucional à educação e fere o princípio de vedação ao retrocesso, além de violar a autonomia universitária.

Ao STF, a AGU disse que, ao contrário do alegado pelos partidos, o bloqueio não compromete de imediato os serviços prestados pelas instituições de ensino, pois o dinheiro pode ser liberado no futuro, antes que os recursos já disponíveis se esgotem.

É importante deixar claro que o percentual bloqueado de 30% é da dotação discricionária das universidades. Ou seja, dos 100% que elas teriam para todo o ano de 2019, 30% foram bloqueados neste momento. Tendo em vista que não há possibilidade de as universidades e os institutos executarem 100% de suas despesas no primeiro semestre do ano, esse bloqueio não afetará de imediato nenhuma política ou pagamento dessas unidades, escreveu a AGU.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Resultado do Sisu para o 2º processo seletivo é divulgado pelo MEC

O Ministério da Educação (MEC) divulgou nesta segunda-feira, 10, o resultado das inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o segundo processo seletivo de 2019. Os candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 que estejam procurando uma vaga em uma das faculdades públicas participantes devem entrar no site do Sisu para verificar se foram selecionados.

Selecionados no Sisu 2019.2

É necessário ter em mãos o número de inscrição e a senha para verificar a aprovação em uma das 59.028 vagas ofertadas em uma das 76 instituições de ensino superior participantes. Os candidatos são selecionados de acordo com a nota do Enem, dentro do número de vagas em cada curso, por modalidade e concorrência.

Cada candidato selecionado deverá procurar a instituição de ensino para fazer a matrícula. O período para realização da matrícula vai de 12 a 17 de junho.

Nota de corte para o Sisu 2019.2

De acordo com o MEC, a nota de corte é a menor nota para ficar entre os selecionados de um determinado curso. Determinada com base no número de vagas e no total de candidatos inscritos, foi atualizada à meia-noite de cada um dos dias do período de inscrição.

Lista de espera para o Sisu 2019.2

Os não selecionados deverão acessar novamente o site do Sisu para registrar em qual das duas vagas escolhidas durante a fase de inscrição deseja participar da lista de espera. O prazo para manifestar interesse na lista de espera é de 11 a 17 de junho.

A convocação ocorre após o dia 19 de junho. Após fazer a inscrição no site do Sisu, é necessário procurar a instituição selecionada para acompanhar a convocação para matrícula.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Metade das bolsas integrais do ProUni são em cursos a distância

Na segunda edição deste ano, pouco mais da metade das bolsas integrais em instituições particulares de ensino, ou seja, bolsas que cobrem 100% da mensalidade, ofertadas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) será em cursos a distância, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Hoje (10) a pasta anunciou a abertura de consulta de vagas no sistema. As inscrições começam amanhã (11).

Ao todo, serão ofertadas 68.087 bolsas integrais para o segundo semestre deste ano. Dessas, 34.903 são em cursos a distância. Em segundo lugar em número de bolsas integrais estão os cursos presenciais noturnos, com 21.477 bolsas de 100%. Os presenciais matutinos ofertarão 9.443 dessas bolsas; os presenciais integrais, 1.320; e os presenciais vespertinos, 944.

De acordo com o diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do MEC, a oferta no ProUni em cursos a distância acompanha o crescimento da modalidade. “A lei estabelece a oferta de bolsas nos cursos que [a universidade] oferece, então, se ela for aumentando a oferta de cursos a distância, naturalmente a gente vai ter um aumento na oferta de bolsas”, diz.

De acordo com dados do último Censo da Educação Superior, de 2017, um em cada cinco estudantes matriculados no ensino superior estuda a distância. Enquanto o ensino presencial apresentou queda nas matrículas, a educação a distância (EaD) registrou o maior salto desde 2008. A maior parte desses estudantes está matriculada em instituições de ensino privadas, com 90,6% das matrículas.

Além das bolsas integrais, serão ofertadas na segunda edição de 2019, 6.860 bolsas parciais, ou seja, que cobrem 50% das mensalidades, em cursos a distância. Entre as bolsas parciais, a maior oferta é em cursos presenciais. Do total de 101.139 bolsas parciais, 94.279 serão ofertadas em cursos presenciais.

Preço e desempenho

Os cursos a distância são geralmente mais baratos que os presenciais. De acordo com balanço divulgado pelo Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior do Brasil, este ano, a mensalidade média em cursos presenciais no Brasil é R\$ 1.231 em instituições privadas. Já a mensalidade média dos cursos EaD é R\$ 444.

Esses cursos também apresentaram, de acordo com os últimos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2017, desempenho pior que os presenciais. Enquanto 6,1% dos cursos presenciais obtiveram o maior Conceito Enade, 2,4% dos cursos a distância obtiveram a avaliação máxima. O chamado Conceito Enade é calculado com base no desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

O secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, defende que o EaD é uma modalidade permitida pela legislação e tem a sua forma de ser avaliada. “Hoje, a gente não pode desprezar uma tecnologia que está disponível e é utilizada pelo mundo todo. Não cabe aqui a gente dizer se é melhor ou pior. Existe sua avaliação própria”.

De acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Solon Caldas, o EaD é uma tendência mundial. “É uma realidade que as instituições de ensino e os alunos estão vivenciando no ensino superior. Por conta da flexibilidade, o aluno pode acessar [as aulas] a qualquer momento, em qualquer lugar e, inclusive, compatibilizar com o trabalho que ele já tem no mercado. Ele está aliando as duas coisas. Pode continuar trabalhando e ter uma formação de educação superior que inclusive vai proporcionar para ele um ganho salarial”, diz.

Calendário ProUni

O prazo para participar da seleção vai até 14 de junho. A inscrição deverá ser feita pela internet, no site do Prouni.

A divulgação do resultado da primeira chamada está prevista para 18 de junho. Já a segunda chamada será no dia 2 de julho.

O candidato pré-selecionado deverá comparecer à respectiva instituição de ensino superior para comprovação das informações no período de 18 a 25 de junho, caso tenha sido selecionado na primeira chamada, e de 2 a 8 de julho, na segunda.

A lista de espera, caso as vagas não sejam ocupadas, fica disponível no site para consulta pelas instituições de ensino no dia 18 de julho.

topo 

R7 - TEMPO REAL

ProUni terá 169 mil bolsas no 2º semestre, 25% em cursos a distância

O Programa Universidade para Todos (ProUni) irá ofertar 169.226 bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para o segundo semestre deste ano. As inscrições começam nesta terça-feira, 11, e vão até sexta-feira, 14.

Um quarto das vagas oferecidas - 41.763 - é em cursos de graduação a distância. As informações foram divulgadas nesta segunda-feira, 10, pelo Ministério da Educação.

O programa tem bolsas integrais e parciais (ou seja desconto de metade do valor da mensalidade) para cursos presenciais e a distância. No entanto, as bolsas integrais estão concentradas nos cursos a distância - 68.087 bolsas integrais, 34.903 (51%) são nessa modalidade.

Segundo Antonio Paulo Vogel, secretário-executivo, a oferta de bolsas é definida por opção das universidades particulares, mas também deve seguir critérios do programa - um deles é que a oferta de bolsas deve ser em todos os cursos ofertados pela instituição. "O EAD (ensino a distância) é permitido pela legislação e tem sua forma de ser avaliada. A gente não pode desprezar a tecnologia que está disponível no mundo todo. Não cabe a nós dizer aqui se é melhor ou pior, existe avaliação para isso", disse.

Cursos a distância tem custo consideravelmente menor do que os presenciais.

Inscrições

Podem se inscrever participantes da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que tiveram nota mínima média de 450 pontos e não terem zerado na redação. Também é necessário comprovar baixa renda. Para concorrer a bolsas integrais, os candidatos precisam ter renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. As parciais são reservadas para quem têm renda de até três salários mínimos por pessoa.

topo 

TERRA - TEMPO REAL

ProUni terá 169 mil bolsas no 2º semestre, 25% em cursos a distância

Inscrições começam nesta terça-feira, 11; Podem se inscrever participantes da última edição do Enem

SÃO PAULO - O Programa Universidade para Todos (ProUni) irá ofertar 169.226 bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para o segundo semestre deste ano. As inscrições no site começam nesta terça-feira, 11, e vão até sexta-feira, 14.

O programa tem bolsas integrais e parciais (ou seja desconto de metade do valor da mensalidade) para cursos presenciais e a distância. No entanto, as bolsas integrais estão concentradas nos cursos a distância - 68.087 bolsas integrais, 34.903 (51%) são nessa modalidade.

Segundo Antonio Paulo Vogel, secretário-executivo, a oferta de bolsas é definida por opção das universidades particulares, mas também deve seguir critérios do programa - um deles é que a oferta de bolsas deve ser em todos os cursos ofertados pela instituição. "O EAD (ensino a distância) é permitido pela legislação e tem sua forma de ser avaliada. A gente não pode desprezar a tecnologia que está disponível no mundo todo. Não cabe a nós dizer aqui se é melhor ou pior, existe avaliação para isso", disse.

Cursos a distância tem custo consideravelmente menor do que os presenciais.

Inscrições

Podem se inscrever participantes da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que tiveram nota mínima média de 450 pontos e não terem zerado na redação. Também é necessário comprovar baixa renda. Para concorrer a bolsas integrais, os candidatos precisam ter renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. As parciais são reservadas para quem têm renda de até três salários mínimos por pessoa.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Metade das bolsas integrais do ProUni são em cursos a distância

Na segunda edição deste ano, pouco mais da metade das bolsas integrais em instituições particulares de ensino, ou seja, bolsas que cobrem 100% da mensalidade, ofertadas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) será em cursos a distância, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Hoje (10) a pasta anunciou a abertura de consulta de vagas no sistema. As inscrições começam amanhã (11).

Ao todo, serão ofertadas 68.087 bolsas integrais para o segundo semestre deste ano. Dessas, 34.903 são em cursos a distância. Em segundo lugar em número de bolsas integrais estão os cursos presenciais noturnos, com 21.477 bolsas de 100%. Os presenciais matutinos ofertarão 9.443 dessas bolsas; os presenciais integrais, 1.320; e os presenciais vespertinos, 944.

De acordo com o diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do MEC, a oferta no ProUni em cursos a distância acompanha o crescimento da modalidade. "A lei estabelece a oferta de bolsas nos cursos que [a universidade] oferece, então, se ela for aumentando a oferta de cursos a distância, naturalmente a gente vai ter um aumento na oferta de bolsas", diz.

De acordo com dados do último Censo da Educação Superior, de 2017, um em cada cinco estudantes matriculados no ensino superior estuda a distância. Enquanto o ensino presencial apresentou queda nas matrículas, a educação a distância (EaD) registrou o maior salto desde 2008. A maior parte desses estudantes está matriculada em instituições de ensino privadas, com 90,6% das matrículas.

Além das bolsas integrais, serão ofertadas na segunda edição de 2019, 6.860 bolsas parciais, ou seja, que cobrem 50% das mensalidades, em cursos a distância. Entre as bolsas parciais, a maior oferta é em cursos presenciais. Do total de 101.139 bolsas parciais, 94.279 serão ofertadas em cursos presenciais.

Preço e desempenho

Os cursos a distância são geralmente mais baratos que os presenciais. De acordo com balanço divulgado pelo Simesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior do Brasil, este ano, a mensalidade média em cursos presenciais no Brasil é R\$ 1.231 em instituições privadas. Já a mensalidade média dos cursos EaD é R\$ 444.

Esses cursos também apresentaram, de acordo com os últimos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2017, desempenho pior que os presenciais. Enquanto 6,1% dos cursos presenciais obtiveram o

maior Conceito Enade, 2,4% dos cursos a distância obtiveram a avaliação máxima. O chamado Conceito Enade é calculado com base no desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

O secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, defende que o EaD é uma modalidade permitida pela legislação e tem a sua forma de ser avaliada. "Hoje, a gente não pode desprezar uma tecnologia que está disponível e é utilizada pelo mundo todo. Não cabe aqui a gente dizer se é melhor ou pior. Existe sua avaliação própria".

De acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Solon Caldas, o EaD é uma tendência mundial. "É uma realidade que as instituições de ensino e os alunos estão vivenciando no ensino superior. Por conta da flexibilidade, o aluno pode acessar [as aulas] a qualquer momento, em qualquer lugar e, inclusive, compatibilizar com o trabalho que ele já tem no mercado. Ele está aliando as duas coisas. Pode continuar trabalhando e ter uma formação de educação superior que inclusive vai proporcionar para ele um ganho salarial", diz.

Calendário ProUni

O prazo para participar da seleção vai até 14 de junho. A inscrição deverá ser feita pela internet, no site do Prouni.

A divulgação do resultado da primeira chamada está prevista para 18 de junho. Já a segunda chamada será no dia 2 de julho.

O candidato pré-selecionado deverá comparecer à respectiva instituição de ensino superior para comprovação das informações no período de 18 a 25 de junho, caso tenha sido selecionado na primeira chamada, e de 2 a 8 de julho, na segunda.

A lista de espera, caso as vagas não sejam ocupadas, fica disponível no site para consulta pelas instituições de ensino no dia 18 de julho.